



Universidade Federal de Mato Grosso
Campus Universitário de Rondonópolis – CUR
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS
Ciências Econômicas - CE



CARTA DE CONJUNTURA ECONÔMICA RONDONÓPOLIS – MT 2015/02

Equipe de Pesquisa:

Prof. Dr. Luís Otávio Bau Macedo – Coordenador
José Vanderson Ferreira da Silva – Bolsista PIBIC
Paulo Henrique de Souza Lima – Estagiário VIC

Julho/2015



SUMÁRIO

1.	CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL.....	6
1.1	Política Monetária	6
1.1.1	Agregados Monetários	6
1.1.2	Taxas de Juros.....	6
1.1.3	Inadimplência	7
1.2	Política Fiscal.....	8
1.2.1	Receitas Federais	8
1.2.2	Resultado Primário	9
1.2.3	Resultado Nominal	9
1.2.4	Dívida Mobiliária Federal.....	10
1.2.5	Dívida Líquida do Setor Público.....	10
1.3	Preços.....	11
1.4	Setor Externo.....	11
1.4.1	Balanço de Pagamentos	11
1.4.2	Necessidade de Financiamento Externo.....	13
1.4.3	Taxas de Câmbio	14
1.5	Atividade Econômica	15
1.5.1	Produto Interno Bruto	15
1.5.2	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC- Br	16
1.5.3	Taxa de Desemprego Aberto.....	17
2	CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	18
2.1	Evolução da Produção Agrícola de Mato Grosso de Lavouras Seleccionadas no Período de 2000 a 2013 e o Desempenho Microrregional	18
2.2	Evolução dos Preços para Culturas Seleccionadas e a Conjuntura Semestral.....	24
2.3	Setor Externo.....	27
2.3.1	Balança Comercial.....	27
2.3.2	Principais Empresas Exportadoras.....	28
2.3.3	Principais Empresas Importadoras.....	29
2.3.4	Exportações por Fator Agregado	30
2.3.5	Importações por Fator Agregado	30
2.3.6	Principais Países de Destino	31
2.3.7	Principais Produtos Exportados	31
2.3.8	Principais Produtos Importados	32
3	CONJUNTURA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS.....	33
3.1	Mercado de Trabalho	33
3.2	Setor Externo.....	35
3.2.1	Balança Comercial.....	35
3.3	Atividade Econômica	36
3.3.1	Consumo de Energia Elétrica.....	37



3.3.2	Consumo de Água.....	39
3.3.3	Número de Consultas no CrediConsult.....	39
3.3.4	Número de Embarques e Desembarques no Aeroporto	40
3.3.5	Alvará de Construção e Alvará de Habite-se	42
3.3.6	Frota de Veículos	44
3.3.7	Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis.....	45
3.3.8	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	46
3.3.9	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	47
3.3.10	Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAEROO.....	47
REFERÊNCIAS		50
APÊNDICE		52
APÊNDICE A - Metodologia de Cálculo do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAERoo.....		53
apêndice B – índice de atividade econômica de rondonópolis (jan./2008-Mar/2015).....		55



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Agregados Monetários - % do PIB	6
Tabela 2: Taxa de Juros Nominais, em % a.a.	7
Tabela 3: Inadimplência em Operações de Crédito do Sistema Financeiro, em % a. a.....	7
Tabela 4: Receitas Federais – Em R\$ Milhões.	8
Tabela 5: Resultado Primário Trimestral – Em R\$ Milhões.....	8
Tabela 6: NFSP Trimestral – Em R\$ Milhões.....	9
Tabela 7: Evolução da DMF - Em R\$ Milhões	10
Tabela 8: Evolução da DLSP – Em R\$ Milhões.....	Erro! Indicador não definido. 10
Tabela 9: Transações Correntes do Brasil (Jan/2015-Mar/2015) – Em US\$ Milhões....	12
Tabela 10: Conta Capital e Financeira do Brasil (Jan/2015 - Mar/2015) – Em US\$ Milhões.	13
Tabela 11: Taxas de Câmbio (Jan/2013-Mar/2015).	15
Tabela 12: Produto Interno Bruto (PIB). Variações Percentuais (%).	15
Tabela 13: Produto Interno Bruto acumulado ao longo do ano.	16
Tabela 14: Balanço Comercial de Mato Grosso (US\$ 1.000 FOB).....	27
Tabela 15: Dez Principais Empresas Exportadoras, 2015 (Jan/Mar) – US\$ FOB.....	27
Tabela 16: Dez Principais Empresas Importadoras, 2015 (Jan/Mar) – US\$ FOB.....	28
Tabela 17: Exportações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).....	29
Tabela 18: Importações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).....	29
Tabela 19: Exportações: Principais Países de Destino, 2015 (Jan/Mar) – US\$ FOB.....	30
Tabela 20: Principais Produtos Exportados, 2015 (Jan/Mar) – US\$ FOB.....	30
Tabela 21: Principais Produtos Importados, 2015 (Jan/Mar) – US\$ FOB.....	31
Tabela 22: Dinâmica do Emprego no Município de Rondonópolis no Período 2003-2015.....	32
Tabela 23: IAEROO (Jan/2008 – Mar/2015).....	55



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Metas de Inflação e IPCA Efetivo, em % a. m.....	11
Figura 2: Transações Correntes e Conta Capital e Financeira (Jan/2013 – Mar/2015) – Em US\$ Milhões.	12
Figura 3: Transações Correntes (TC), Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Necessidade de Financiamento Externo (NF) – Em US\$ Milhões.....	14
Figura 4: Evolução da Produção de Grãos e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).....	19
Figura 5: Evolução da Produção de Algodão em Pluma e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).	19
Figura 6: Evolução da Produção de Milho e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).	20
Figura 7: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).....	21
Figura 8: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Algodão de Mato Grosso (1000t.).	22
Figura 9: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Milho de Mato Grosso (1000 t.).	23
Figura 10: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Soja de Mato Grosso (Toneladas).....	24
Figura 11: Evolução dos preços da no mercado físico no município de Rondonópolis no período de 2011 a Mar/2015.	26
Figura 12: Evolução dos preços da no mercado físico no município de Rondonópolis no período de 2011 a Mar/2015	27
Figura 13: Evolução dos preços do algodão no mercado físico no município de Rondonópolis no período de 2011 a Mar/15.	27
Figura 14: Evolução dos preços do boi gordo no mercado físico no município de Rondonópolis no período de 2011 a Mar/2015.	27
Figura 15: Mercado de Trabalho em Rondonópolis: Admissões, Desligamentos e Saldo Líquido.	33
Figura 16: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município de Rondonópolis em Jan 2004 e Mar 2015.....	35
Figura 17: Balança Comercial de Rondonópolis no Período 2000-2015 (US\$ FOB).	34
Figura 18: Índice de Preços de <i>Commodities</i> Primárias - IPCP (2001- Mar/2015).	36
Figura 19: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Industrial, Comercial e Rural) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2008 - Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	37
Figura 20: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2008-/Mar-2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	38
Figura 21: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Consumo Residencial e Consumo Próprio) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2008- Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	39
Figura 22: Evolução do Consumo de Água em Rondonópolis no Decorrer do Período (Jan/2008-Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	38
Figura 23: Quantidade de Registros Inclusos em Rondonópolis no período (Jan/2010-Mar /2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	40
Figura 24: Número de Embarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Jan/2007-Mar /2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	41
Figura 25: Número de Desembarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Jan/2007-Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	41
Figura 26: Alvará de Construção – Total de Requerimentos, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jan/2008- Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	42
Figura 27: Alvará de Construção – Área Total de Construção, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jan/2008- Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	43
Figura 28: Alvará de Habite-se – Total de Requerimentos, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jan/2008-Mar /2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	43
Figura 29: Alvará de Habite-se – Área Total de Construção, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jan/2008-Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	44
Figura 30: Evolução da Frota de Veículos ao Longo do Período (Jan/2011-Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	45
Figura 31: Evolução Mensal da Arrecadação do ITBI no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2007- Mar /2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	45
Figura 32: Evolução Mensal da Arrecadação do ISSQN no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2007- Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	47
Figura 33: Evolução Mensal da Arrecadação do ICMS no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jan/2007- Mar/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	47
Figura 34: Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Jan/2008-Mar/2015).....	49



1. CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

1.1 Política Monetária

1.1.1 Agregados Monetários

A Tabela 1 mostra o comportamento da participação dos agregados monetários (Base Monetária e M1) no Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do segundo trimestre de 2015. A base monetária representa a soma do papel-moeda-emitido com as reservas bancárias. A participação desse agregado monetário no PIB brasileiro atingiu 4,1% em Junho de 2015. O agregado monetário M1, por sua vez, abrange a moeda em poder do público (papel-moeda e moeda metálica) mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Assim, M1 é o total de moeda que não rende juros e é de liquidez imediata. A participação desse agregado monetário no PIB brasileiro apresentou participação média mensal de 5,3% no fim do segundo trimestre.

Tabela 1: Agregados Monetários-% do PIB

Trimestre	Período	Base Monetária	M1
3° Trimestre/2014	Jul	4,5	6,0
	Ago	4,6	6,1
	Set	4,7	6,1
4° Trimestre/2014	Out	4,5	6,1
	Nov	4,7	6,4
	Dez	5,1	6,8
1° Trimestre/2015	Jan	4,6	6,2
	Fev	4,6	6,2
	Mar	4,3	5,6
2° Trimestre/2015	Abr	4,2	5,4
	Mai	4,2	5,4
	Jun	4,1	5,3

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.1.2 Taxas de Juros

A evolução da taxa básica de juros da economia brasileira é apresentada por meio da Tabela 2. O COPOM – Comitê de Política Monetária manteve a política de elevação da taxa de juro



básica iniciada a partir do segundo trimestre de 2013, com as elevações da SELIC para 10,50% em janeiro, 10,75% em março em 11,00% em abril de 2014. Em junho de 2015, a SELIC foi elevada para 13,58%. A taxa de juros de longo prazo (TJLP) foi elevada para 6% no segundo trimestre de 2015.

Tabela 2: Taxa de Juros Nominais, em % a.a.

Trimestre	Período	SELIC	TLJP
3º Trimestre/2014	Jul	11,00	5,00
	Ago	11,00	5,00
	Set	10,63	5,00
4º Trimestre/2014	Out	11,02	5,00
	Nov	10,87	5,00
	Dez	11,70	5,00
1º Trimestre/2015	Jan	11,82	5,50
	Fev	12,15	5,50
	Mar	12,58	5,50
2º Trimestre/2015	Abr	12,68	6,00
	Mai	13,15	6,00
	Jun	13,58	6,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.1.3 1.1.3 Inadimplência

A Tabela 3 traz informações acerca da inadimplência em operações de crédito do sistema financeiro brasileiro a partir do terceiro trimestre de 2014 até o segundo trimestre de 2015. Os dados demonstram que a inadimplência de Pessoas Jurídicas ficou em 2,3% no segundo trimestre de 2015. A inadimplência de Pessoas Físicas caiu para 3,7 % em junho. Como consequência, a inadimplência total da economia brasileira ficou em 2,9%, no segundo trimestre.



Tabela 3: Inadimplência em Operações de Crédito do Sistema Financeiro, em % a.a.

Trimestre	Mês	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Total
3º Trimestre/2014	Jul/14	2,0	4,4	3,1
	Ago/14	2,0	4,4	3,1
	Set/14	2,0	4,2	3,0
4º Trimestre/2014	Out/14	2,0	4,3	3,0
	Nov/14	2,0	4,2	3,0
	Dez/14	1,9	4,1	2,9
1º Trimestre/2015	Jan/15	2,0	3,7	2,8
	Fev/15	2,0	3,8	2,8
	Mar/15	2,1	3,7	2,8
2º Trimestre/2015	Abr/15	2,2	3,7	3,0
	Mai/15	2,3	3,8	3,0
	Jun/15	2,3	3,7	2,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.2 Política Fiscal

A política fiscal representa a atuação do governo através das receitas e despesas públicas. O comportamento das finanças públicas é um importante indicador da conjuntura econômica do país, pois influencia diretamente no crescimento econômico da nação. Assim, apresentam-se alguns dados relativos às receitas federais, ao resultado primário do governo, o resultado nominal, a dívida mobiliária federal e a dívida líquida do setor público.

1.2.1 Receitas Federais

As receitas federais representam a capacidade de arrecadação do governo federal e a capacidade do mesmo de financiar os seus gastos. A Tabela 4 demonstra o resultado das receitas federais a partir do segundo trimestre de 2014 até o segundo trimestre de 2015.

Tabela 4: Receitas Federais 2015– Em R\$ Milhões.

Receitas	2º Trim/2014	3º Trim/2014	4º Trim/2014	1º Trim/2015	2º Trim/2015
Receita Federal	274.916,00	273.780,00	315.247,00	209.119,00	291.005,00
Outros Órgãos	10.252,00	10.137,00	10.182,00	6.143,00	6.828,00
Total	285.168,00	283.917,00	325.429,00	209.119,00	297.833,00

Fonte: Banco Central do Brasil



A receita bruta federal apresentou um aumento na arrecadação no segundo trimestre de 2015 em comparação com o primeiro trimestre do mesmo ano, de 42,42%. Já na comparação com o segundo trimestre de 2014, o aumento foi de 4,44%.

1.2.2 Resultado Primário

O Resultado Primário corresponde ao resultado líquido do total das receitas primárias do Governo Central, deduzidas suas despesas primárias. Valores positivos indicam superávit e valores negativos déficit.

Tabela 5: Resultado Primário Trimestral – Em R\$ Milhões.

Receitas	3º Trim/2014	4º Trim/2014	1º Trim/2015	2º Trim/2015
Primário	-44 666	-17 250	19 003	-2 779
Governo Central	-34 840	-1 001	4 886	-6 797
Governos Regionais	-7 615	-13 850	14 598	4 697
Empresas Estatais	-2 211	-2 399	-481	-678

Fonte: Banco Central do Brasil.

O governo registrou um déficit primário no segundo trimestre de 2015 de R\$ 2,78 bilhões. Enquanto que no mesmo período do ano de 2014, o governo atingiu um superávit de 3,75 bilhões. O Governo Central apresentou no segundo trimestre, um déficit de R\$ 6,80 bilhões. No mesmo período em 2014, o Governo Central atingiu um superávit de 3 bilhões. Os Governos Regionais, por sua vez, apresentaram superávit no segundo trimestre de 2015, alcançando R\$ 4,70 bilhões, resultado bem maior que o verificado no segundo trimestre de 2014, quando o superávit foi de R\$ 483 milhões. As Empresas Estatais, no segundo trimestre, registraram um déficit R\$ 678 milhões, em 2014, o superávit no segundo trimestre foi de R\$ 217 milhões.

1.2.3 Resultado Nominal

O resultado nominal do setor público inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) mede o comportamento das receitas e das despesas públicas, apontando os resultados fiscais dentro de um exercício financeiro e apura o montante de recursos que o setor público necessita captar junto ao setor financeiro para fazer face aos seus dispêndios (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).



Tabela 6: NFSP Trimestral – Em R\$ Milhões

Discriminação	2º Trim/2014	3º Trim/2014	4º Trim/2014	1º Tri/2015	2º Tri/2015
Nominal	-57 851	-133 563	-119 487	-143 847	-82 023
Governo Central	-41 419	-119 343	-83 375	-123 298	-57 412
Governos Regionais	-15 898	-11 148	-32 537	-18 938	-23 481
Empresas Estatais	-534	-3 151	-3 419	-1 611	-1 130

Fonte: Banco Central do Brasil.

Verifica-se que o déficit nominal no segundo trimestre de 2015, atingiu R\$ 82 bilhões. Valor este, 42% maior do que o déficit verificado no mesmo período de 2014, quando o déficit foi de R\$ 57, 85 bilhões. O déficit do segundo trimestre de 2015 apresentou redução em comparação com o primeiro trimestre do mesmo ano, quando o déficit foi de R\$ 143,85 bilhões. A participação do déficit nominal no PIB equivaleu a 7,81%, no primeiro bimestre de 2015.

1.2.4 Dívida Mobiliária Federal

A dívida pública Mobiliária do governo federal reflete o total de títulos públicos federais (Tesouro Nacional e Banco Central) fora do Banco Central (BANCO CENTRAL, 2013). O seu comportamento reflete a necessidade de financiamento do setor público, bem como a condução da política monetária nacional. A dívida mobiliária federal apresentou participação de 43,1% do PIB no segundo trimestre, enquanto que no segundo trimestre de 2014, a participação foi de 41,2%.

Tabela 6: Evolução da DMF - Em R\$ Milhões

Trimestre	DMF	% PIB
3º Trim/2014	2 068 754	40,8
4º Trim/2014	2 173 694	42,3
1º Trim/2015	2.306.836	41,3
2º Trim/2015	2.452.961	43,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.2.5 Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é representada pelo total da dívida bruta do setor público (União, Estados, Municípios e estatais) abatida das disponibilidades em moeda nacional ou estrangeira (caso das reservas líquidas internacionais) (KHAIR, 2006). A DLSP apresentou participação de 34,5% do PIB no segundo trimestre de 2015, superior ao verificado no primeiro trimestre do mesmo ano, quando foi registrado um valor de 33,1 %.



Tabela 4: Evolução da DLSP- Em R\$ Milhões.

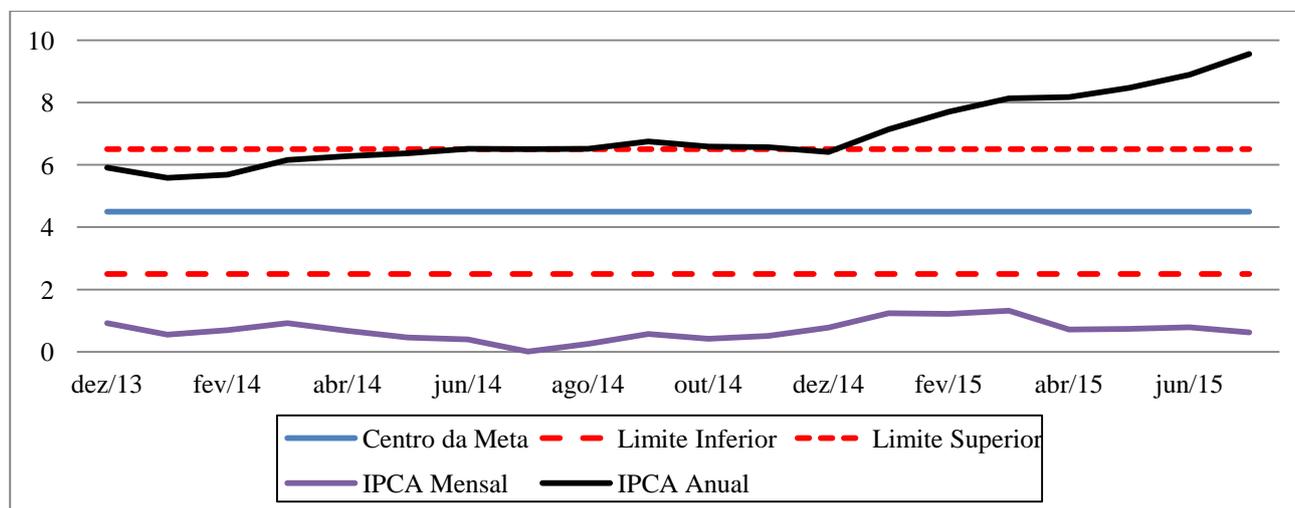
Trimestre	DLSP	% PIB
3º Trim./2014	1 822 791	35,9
4º Trim./2014	1.883.147	36,7
1º Trim./2015	1.847.658	33,1
2º Trim/2015	1.962.809	34,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.3 Preços

A Figura 1 sintetiza o sistema de metas de inflação para a economia brasileira no decorrer do ano de 2015. Pelo regulamento do Banco Central do Brasil, a taxa de inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve flutuar respeitando o seguinte intervalo: limite inferior igual a 2,5 pontos percentuais e limite superior igual a 6,5 pontos percentuais. O centro da meta é de 4,5 pontos percentuais. Ao longo do segundo trimestre a evolução do IPCA apresentou evolução de 0,71% em abril, 0,74% em maio e 0,79% em junho, enquanto que o índice anual acumulado alcançou 8,89% em junho.

1.4 Figura 1: Dados sobre o IPCA ao decorrer do 1º trimestre de 2015.



1.5 Setor Externo

1.5.1 Balanço de Pagamentos

A Figura 2 apresenta a evolução do Saldo de Transações Correntes e da Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos brasileiro ao longo do período que vai do final de 2013 até



junho de 2015. Observa-se que o saldo do Balanço de Pagamentos, no segundo trimestre de 2015, apresentou uma capacidade de financiamento de US\$ 5 bilhões, enquanto que no trimestre anterior, a Balança de Pagamentos havia apresentado uma necessidade de financiamento de US\$ 11,95 bilhões para manter o equilíbrio BP=0. Em abril, o déficit em Transações Correntes alcançou US\$ 6,84 bilhões, reduzindo para US\$ 3,38 em maio e US\$ 2,56 em junho, perfazendo no trimestre US\$ um déficit de US\$ 12,78 bilhões. O déficit total de transações correntes no segundo trimestre, foi bancado parcialmente pelo superávit na conta de capital e financeira de US\$ 12,89 bilhões.

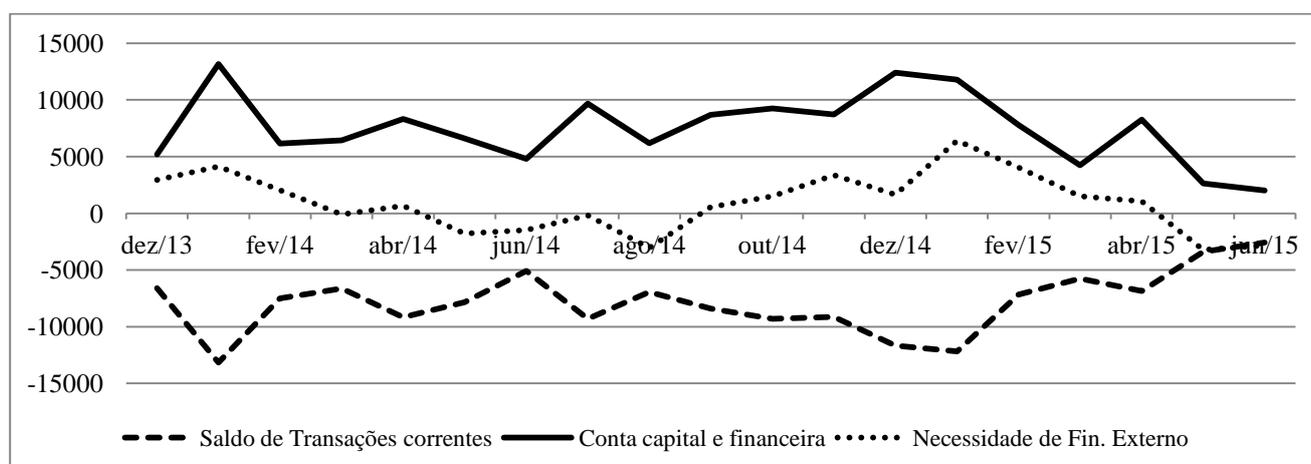


Figura 2: Evolução do SCC, SCF e BP ao longo do primeiro trimestre de 2015.

Fonte: Banco Central do Brasil.

A Tabela 9 evidencia o saldo em Transações Correntes de forma desagregada. Desta forma, são apresentados os saldos das contas que compõem as Transações Correntes do Balanço de Pagamentos, quais sejam: Balança Comercial, Balança de Serviços, Balança de Renda e Transferências Unilaterais Correntes.

A Balança Comercial apresentou um superávit no segundo trimestre de 2015, de US\$ 7,78 bilhões, enquanto que no primeiro trimestre do mesmo ano, a balança registrou um déficit de US\$ 5,56 bilhões. No acumulado de janeiro a junho de 2015, a conta registra um superávit de US\$ 2,22 bilhões.

A Balança de Serviços registrou um déficit de US\$ 10,23 no segundo trimestre de 2015. A Balança de Renda apresentou um déficit de US\$ 10,20 bilhões no segundo trimestre. Já as Transferências Unilaterais Correntes registrou um valor de US\$ 565 milhões no segundo trimestre de 2015.



Tabela 9: Transações Correntes do Brasil (Nov/2014-Jun/2015)- Em US\$ Milhões.

Transações Correntes do Brasil (Nov/2014-Jun/2015) – Em US\$ Milhões.								
Discriminação	2014		2015					
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1. Transações Correntes	- 9 148	- 11 654	-12 165	-7 175	-5 759	-6 842	-3 384	-2 563
1.1 Balança Comercial	-2 724	-8	-3 172	-2 842	455	491	2 761	4 528
1.2 Balança de Serviços	- 3 659	- 4 837	-3 602	-2 804	-3 775	-3 468	-3 351	-3 408
1.3 Balança de Renda	- 3 073	- 7 177	-5 849	-1 485	-2 306	-3 757	-2 697	-3 746
1.4 Transferências Unilaterais	308	367	150	212	169	101	198	266

Fonte: Banco Central do Brasil.

A apresentação dos saldos da Conta Capital e Financeira de forma desagregada é realizada por intermédio da Tabela 10. No segundo trimestre de 2015, a Conta Capital e Financeira apresentou um saldo de US\$ 12,90 bilhões. Na Conta Capital, no mesmo trimestre, registrou-se um saldo de US\$ 52 milhões.

Na Conta Financeira, no segundo trimestre, as captações líquidas superaram as concessões líquidas em US\$ 12,95 bilhões. O Investimento Direto no país totalizaram ingressos líquidos no segundo trimestre de US\$ 17,78 bilhões.

Em relação ao Investimento em Carteira, no segundo trimestre de 2015, foi constatado que as entradas líquidas superaram as saídas líquidas, o que gerou um saldo de US\$ 9, 10 bilhões. De janeiro até junho, a conta Investimento em Carteira registrou saldo em US\$ 28,03 bilhões.

Tabela 10: Conta Capital e Financeira do Brasil (Nov/2014-Jun/2015)

Transações Correntes do Brasil (Nov/2014-Jun/2015) – Em US\$ Milhões.								
Discriminação	2014		2015					
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1. Conta Capital e Financeira	8 702	12 399	11 777	7 782	4 229	8 259	2 623	2 016
1.1 Conta Capital	27	18	13	49	14	7	28	16
1.2 Conta Financeira	8 729	12 417	11 791	7 832	4 243	8 266	2 652	2 032
1.2.1 Investimento estrangeiro	5 798	10 003	5 765	3 121	4 262	5 776	6 610	5 397
1.2.2 Investimento em Carteira	669	-8 679	11 651	3 800	3 476	6 110	3 221	-227

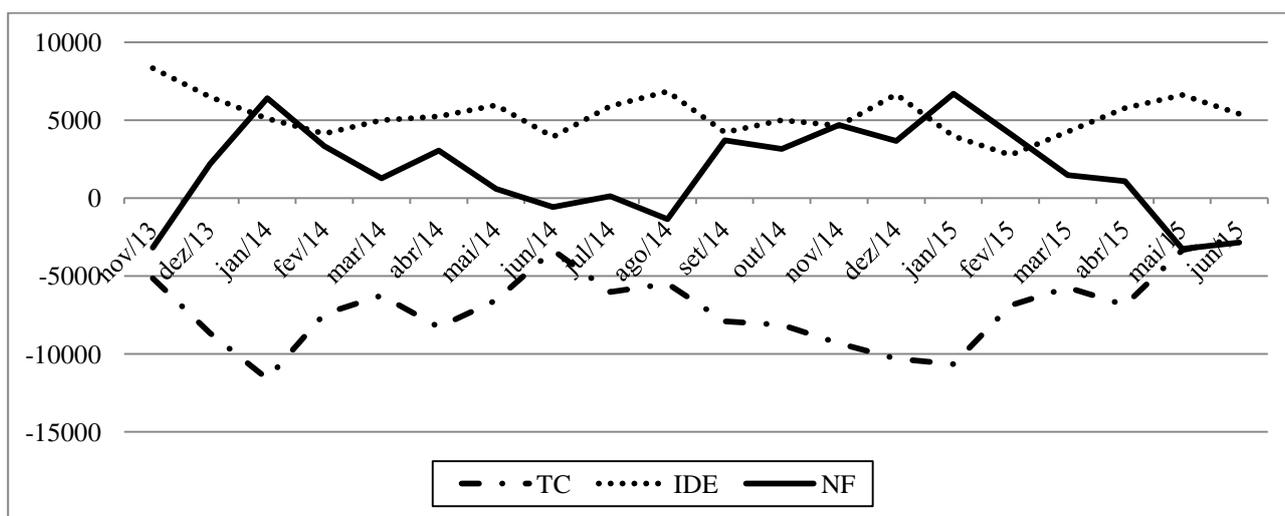
Fonte: Banco Central do Brasil

1.5.2 Necessidade de Financiamento Externo

A Figura 3 apresenta a evolução da Necessidade de Financiamento Externo da economia brasileira entre os meses de novembro de 2013 e junho de 2015. A Necessidade de Financiamento



Externo é calculada através da diferença entre o déficit em Transações Correntes e o Investimento Direto Estrangeiro ($NF = TC - IDE$). Quando $NF > 0$, o saldo do Investimento Direto Estrangeiro é insuficiente para cobrir o déficit em Transações Correntes. Assim, há uma Necessidade de Financiamento Externo. Em contrapartida, quando $NF < 0$, o saldo do Investimento Direto Estrangeiro é suficiente para cobrir o déficit em Transações Correntes. Desta forma, há uma Capacidade de Financiamento Externo.



Fonte: Banco Central do Brasil

TC: Transações correntes

IDE: Investimentos estrangeiros diretos

NF: Necessidade de financiamento externo

No segundo trimestre de 2015, a economia brasileira registrou uma capacidade de financiamento de US\$ 5 bilhões, em decorrência dos investimentos estrangeiros diretos no país que apresentou o valor de US\$ 17,78 bilhões, compensando o déficit em Transações Correntes que atingiu no período, o valor de US\$ 12,78 bilhões.

1.5.3 Taxas de Câmbio/

O comportamento da taxa de câmbio R\$/US\$ a partir do terceiro trimestre de 2014 até junho de 2015 é apresentado por intermédio da Tabela 12. Um aumento da taxa de câmbio indica depreciação cambial, isto é, a moeda doméstica (Real) perde valor relativamente à moeda estrangeira (Dólar). Em contrapartida, uma queda da taxa de câmbio representa apreciação cambial, ou seja, a moeda doméstica (Real) ganha valor relativamente à moeda estrangeira (Dólar).



Ao avaliar o comportamento da taxa de câmbio R\$/US\$ no decorrer do segundo trimestre de 2015, identifica-se uma tendência inicial de apreciação cambial. Basicamente, essa apreciação cambial foi ocasionada da política do Banco Central de manutenção da política de elevação da taxa de juros SELIC que estimulou as entradas de divisas com o objetivo de arbitragem de taxas de juros. Adicionalmente, as incertezas externas quanto ao Brasil diminuíram em virtude das sinalizações da equipe econômica quanto a um comprometimento de obtenção de superávit fiscal de 1,90% do PIB. Na mesma linha, o cenário externo apresenta estabilidade nas perspectivas de crescimento das economias dos EUA e da Europa, o que favorece a manutenção da estratégia do Federal Reserve de reduzir o programa de compras de títulos, dentro da programação sinalizada em 2013.

Tabela 11: Taxas de Câmbio (Jul/2014-Jun/2015).

Taxas de Câmbio R\$/US\$									
Período		Fim de Período				Média de período			
		Compra		Venda		Compra		Venda	
		Taxa	Variação (%)	Taxa	Variação (%)	Taxa	Variação (%)	Taxa	Variação (%)
3º Trim/2014	Jul	2,2668	2,95	2,2674	2,95	2,2240	-0,48	2,2246	-0,48
	Ago	2,2390	-1,23	2,2396	-1,23	2,2674	1,95	2,2680	1,95
	Set	2,4504	9,44	2,4510	9,44	2,3323	2,86	2,3329	2,86
4º Trim/2014	Out	2,4436	-0,28	2,4442	-0,28	2,4476	4,95	2,4483	4,95
	Nov	2,5595	4,74	2,5601	4,74	2,5477	4,09	2,5484	4,09
	Dez	2,6556	3,75	2,6560	3,75	2,6387	3,57	2,6394	3,57
1º Trim/2015	Jan	2,6617	0,23	2,6623	0,23	2,6336	-0,19	2,8943	22,92
	Fev	2,8777	8,12	2,8782	8,11	2,8158	6,92	2,6342	-0,19
	Mar	3,2074	11,46	3,208	11,46	3,1389	11,47	2,8165	6,92
2º Trim/2015	Abr	2,993	-6,68	2,994	-6,68	3,0426	-3,07	3,0432	-3,07
	Mai	3,1781	6,18	3,179	6,19	3,0611	0,61	3,0617	0,61
	Jun	3,1019	-2,40	3,103	-2,40	3,1111	1,64	3,1117	1,63

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.6 Atividade Econômica

1.6.1 Produto Interno Bruto

A evolução do produto interno bruto (trimestre/trimestre imediatamente com ajuste sazonal) no segundo trimestre de 2015 apresentou uma queda em relação ao mesmo período de 2014. No segundo trimestre o PIB apresentou resultado negativo de 2,11%. Todos os setores



apresentaram resultado negativo nesse semestre. Já em relação ao PIB acumulado ao longo do ano, no segundo trimestre de 2015, a agropecuária foi o único setor a apresentar resultado positivo. Contudo, o PIB, também apresentou uma queda de 2,51% no trimestre.

Tabela 12: Evolução do Produto Interno Bruto Trimestre/Trimestre.

Trimestre/trimestre imediatamente com ajuste sazonal	2014				2015	
	1º tri/14	2º tri/14	3 tri/14	4 tri/14	1º tri/15	2º tri/15
PIB a preços de mercado	0,64	-1,33	-0,12	0,12	-0,80	-2,11
PIB (valor adicionado a preços básicos)	0,80	-1,51	-0,02	0,02	-0,34	-2,11
Agropecuária	2,65	-1,63	0,67	0,79	4,66	-3,61
Indústria	0,81	-2,57	-0,43	-0,04	-1,63	-3,48
Serviços	0,04	-0,72	0,18	0,13	-1,01	-1,07

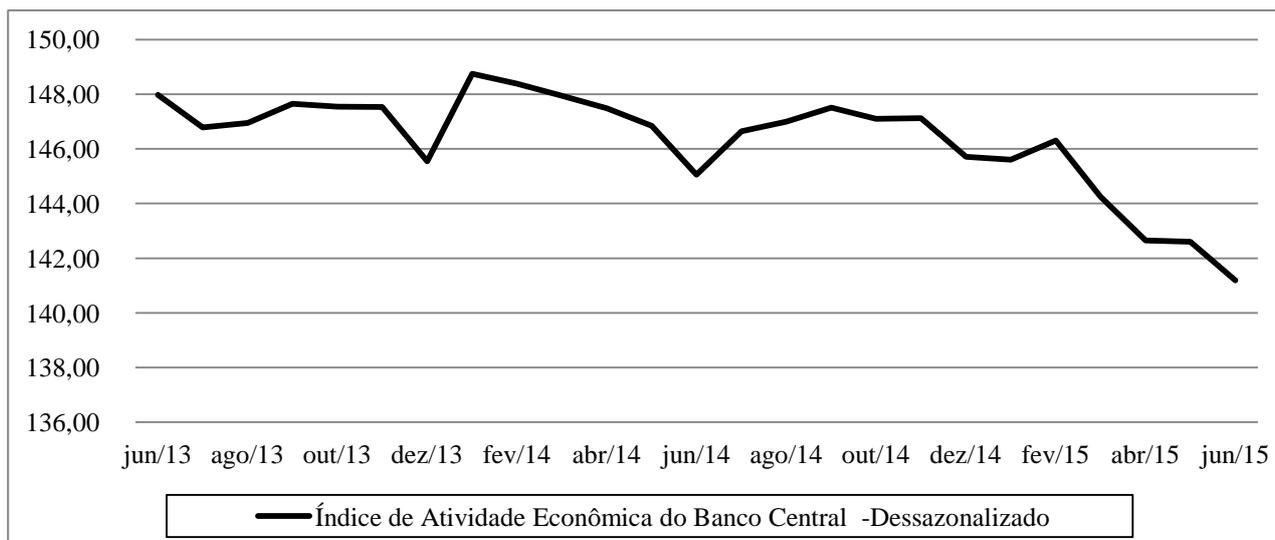
Tabela 13: Evolução do Produto Interno Bruto acumulado do longo do ano.

Acumuladas ao longo do ano	2014				2015	
	1º tri/14	2º tri/14	3 tri/14	4 tri/14	1º tri/15	2º tri/15
PIB a preços de mercado	3,17	1,13	0,37	0,10	-2,02	-2,51
PIB (valor adicionado a preços básicos)	3,12	1,15	0,42	0,13	-1,74	-2,13
Agropecuária	6,20	2,82	2,05	2,08	5,44	3,87
Indústria	4,61	0,79	-0,52	-0,92	-4,41	-5,06
Serviços	2,24	1,08	0,60	0,36	-1,43	-1,62

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.6.2 Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC- BR

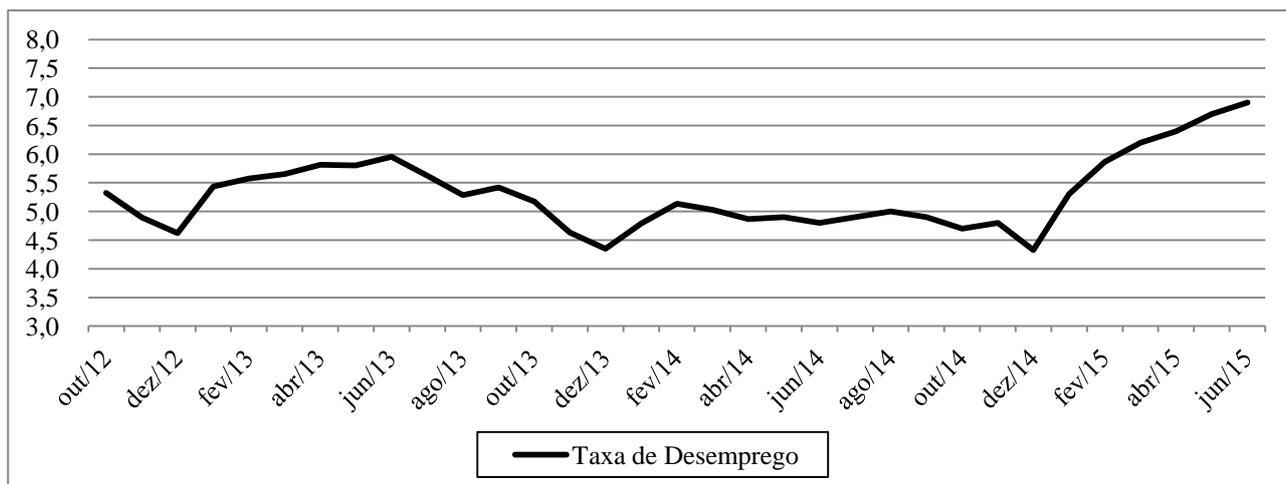
O Banco Central do Brasil elabora mensalmente o IBC-BR que é um indicador de atividade calculado a partir de variáveis que possuem correlação com o desempenho do produto interno bruto. O IBC-BR é uma forma de se aferir mais rapidamente o desempenho da economia, com menor defasagem temporal que a estatística do PIB oficial. O IBC-BR, no segundo trimestre de 2015 apresentou queda de -2,66% em comparação com o segundo trimestre de 2014.



Fonte: Banco central do Brasil

1.6.3 Taxa de Desemprego Aberto

A taxa geral de desemprego é calculada a partir da média das taxas de desemprego de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. A taxa de desemprego apresentou tendência de redução entre o ano de 2012, taxa média de 5,51%, e 2013, taxa média de 5,39%. Este desempenho apresentou o componente sazonal de redução da taxa ao final do ano e crescimento no início do segundo trimestre. O desempenho é decorrente da demanda por trabalho do setor de serviços, intensivo em mão de obra, que foi fortemente impactado pelo crescimento da renda salarial verificado ao longo dos últimos dez anos. No segundo trimestre de 2015, o nível da taxa de desemprego aberto teve um aumento de 11,3% em relação ao primeiro trimestre de 2015. Esse resultado, ocorreu em função da maior procura por emprego e pela geração de trabalho incapaz de acompanhar esse ritmo. Isto é, houve geração de postos de trabalho, mas o nível foi bem menor do que o necessário para reduzir ou manter o indicador estável.



Fonte: Banco Central do Brasil

2 CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

2.1 Evolução da Produção Agrícola de Mato Grosso de Lavouras Seleccionadas no Período de 2000 a 2013 e o Desempenho Microrregional

A produção brasileira de grão apresentou ao longo do período incremento de 90,14% e do estado de Mato Grosso de 233,23%, esta evolução favorável foi o resultado da expansão da produtividade das lavouras, em maior grau, e da adição de novas áreas de produção (menor grau). A participação do estado de Mato Grosso na safra nacional de grãos saltou de 13,8% para 24,2% no período, o posicionando como o maior produtor nacional de grãos (figura 4).

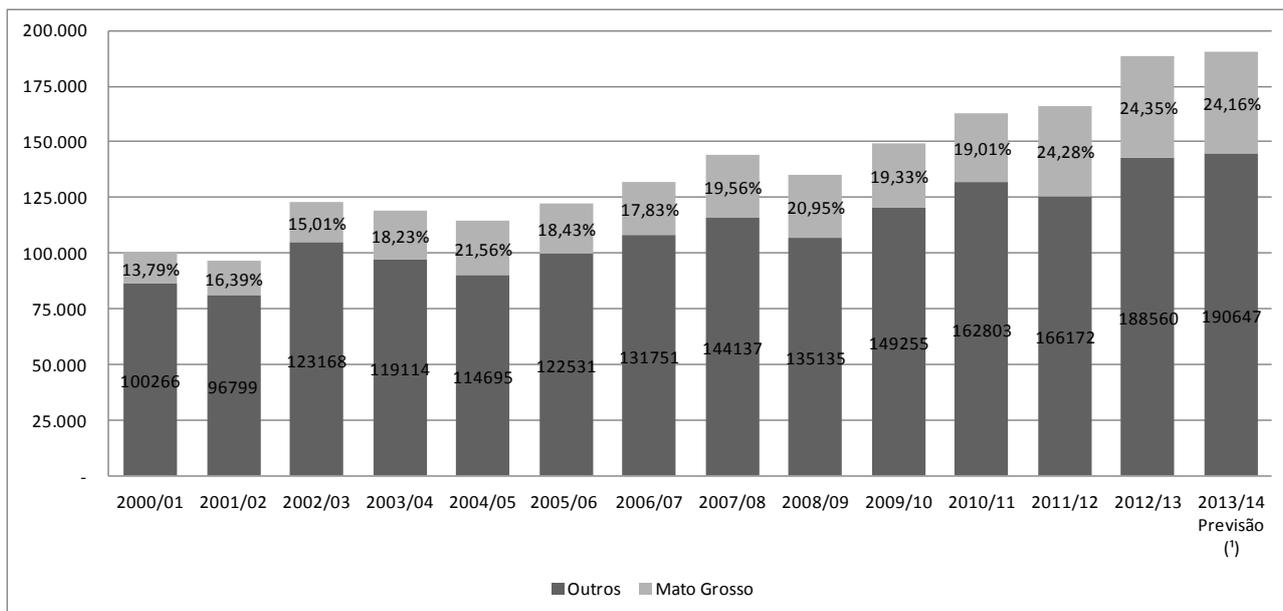


Figura 4: Evolução da Produção de Grãos e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: CONAB (2014) formatado pelos autores.

No caso da cultura do algodão houve crescimento da ordem de 26,07% no país e no estado de Mato Grosso de 57,63%, com oscilações cíclicas acentuadas, a participação mato-grossense manteve-se na casa de 47,1% ao longo do período (figura 5). O crescimento no estado foi inferior ao nacional em decorrência da expansão da produção do oeste da Bahia.

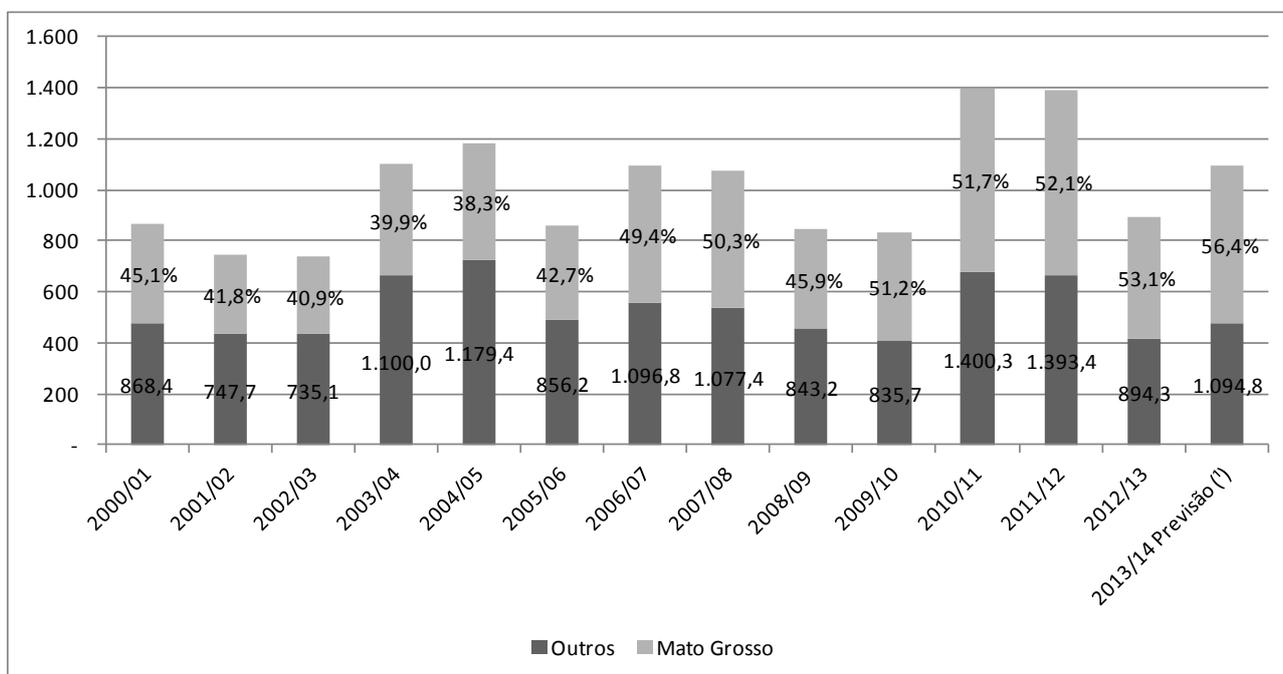


Figura 5: Evolução da Produção de Algodão em Pluma e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: CONAB (2014) elaborado pelos autores

Na cultura do milho que no estado de Mato Grosso refere-se à segunda safra anual, o incremento da produção brasileira foi de 78,43%, desempenho em grande medida resultado da



evolução de 795,73% da produção mato-grossense que alcançou 21,9% da produção nacional (figura 6). Destaque-se que nas duas últimas safras 2012/2013 e 2012/2011 a *performance* estadual alcançou crescimento de 128,35% e 19.893 mil toneladas em reflexo dos preços elevados do milho verificados nos anos de 2011 e 2012 (CONAB, 2013). O resultado deste crescimento acompanhado da retomada da produção norte-americana em perdas aos preços ao longo de 2013 e acarretou tendência de perspectiva de retração na safra 2013/2014 em 15,79% para uma safra prevista de 16.514 mil toneladas.

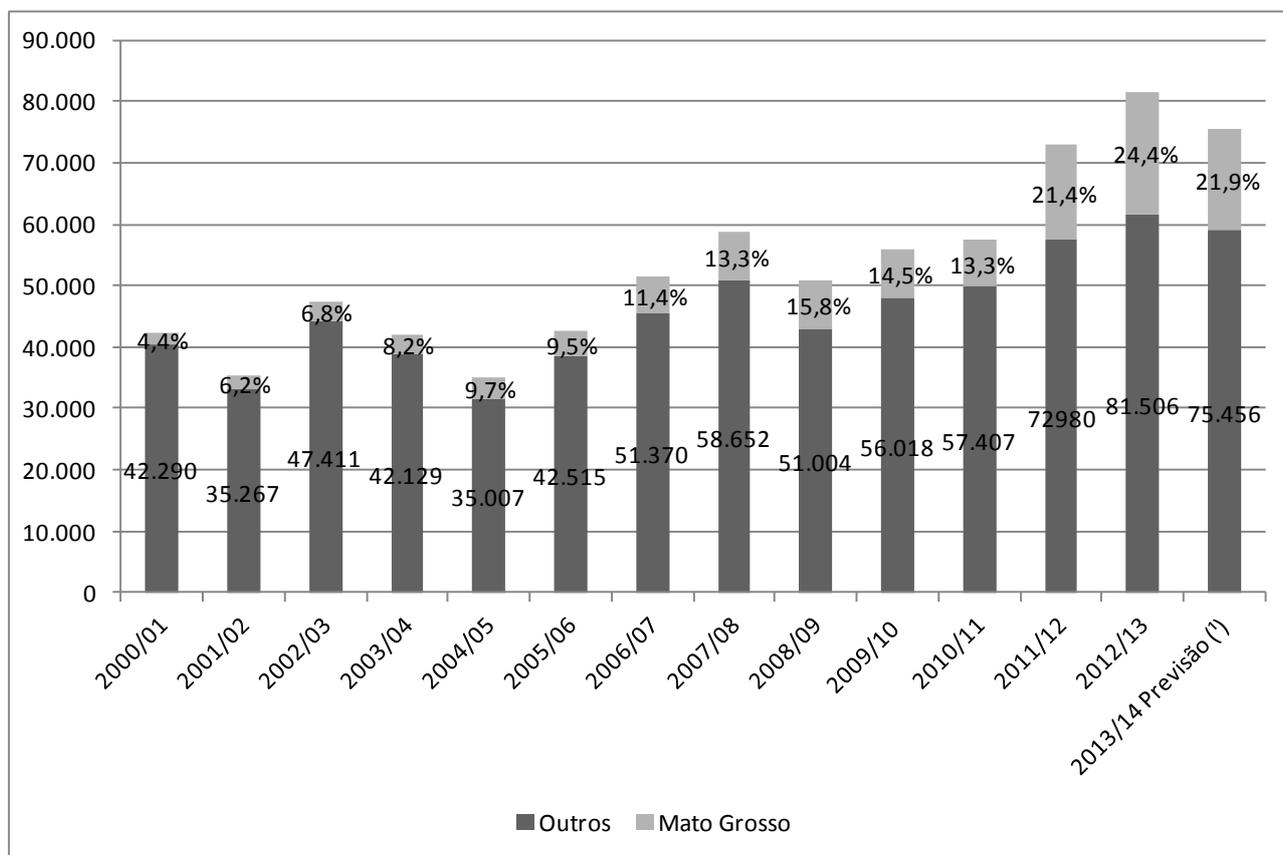


Figura 6: Evolução da Produção de Milho e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: CONAB (2013) elaborado pelos autores.

Já a cultura da soja apresentou crescimento da produção nacional de 124,00% e a produção de Mato Grosso de 176,30%, destaque-se que na safra 2012/2013 a produção nacional superará a norte-americana pela primeira vez. Verifica-se que em relação às culturas do algodão e do milho, a participação da demanda externa por exportações nacionais da cadeia da soja é mais significativa. A elevada liquidez do mercado de soja é decorrente da diversificação produtiva de seu uso que se ramifica nas vendas em grão, farelo e óleo, além da demanda para a produção de biodiesel. Como resultado, verifica-se que a evolução da produção transcorreu com trajetória mais estável que as apresentadas nas culturas do algodão e do milho (figura 7).

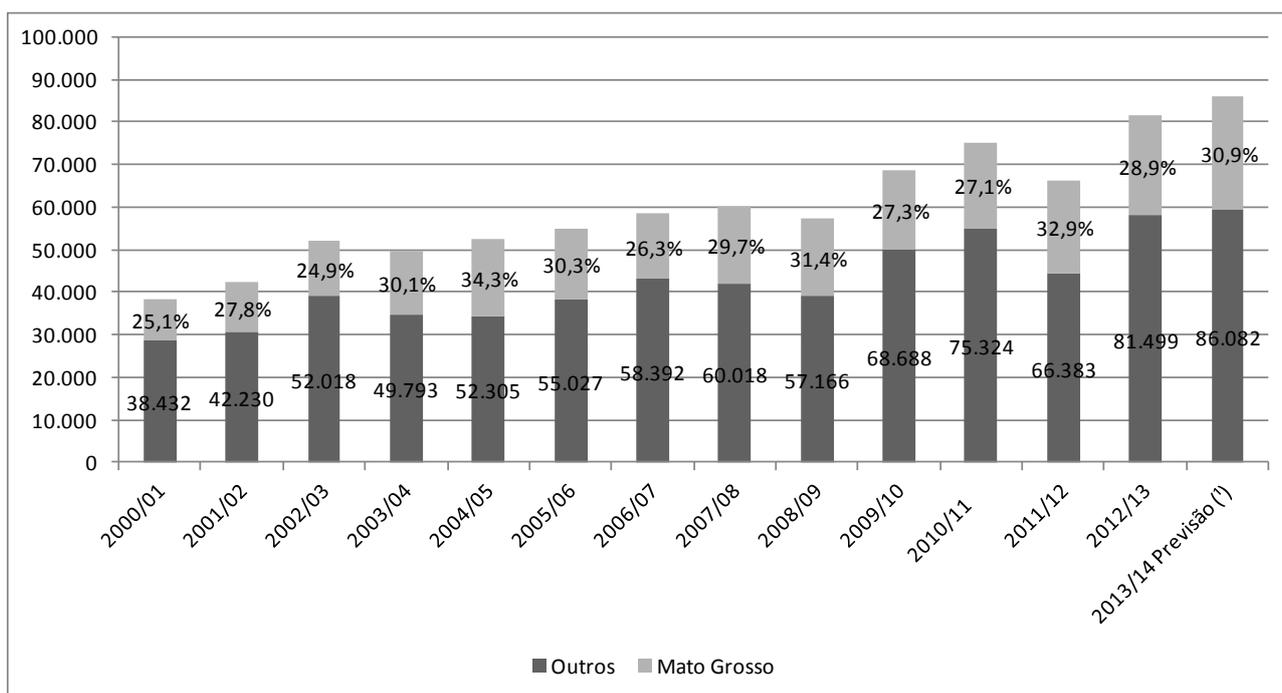


Figura 7: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: CONAB (2014) elaborado pelos autores.

Em termos microrregionais a análise utilizou os dados provenientes da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE que possibilitaram a avaliação do desempenho das microrregiões de Rondonópolis¹ e de Primavera do Leste² nas culturas do algodão, milho e soja no período de 2003 a 2012.

A cultura do algodão é a que as duas microrregiões apresentam participação mais representativa na produção estadual em relação às culturas do milho e da soja, com participação conjunta da ordem de 28,7% e individual de 11,5% para a microrregião de Rondonópolis e de 17,2% para microrregião de Primavera do Leste. Verifica-se, contudo, que a participação microrregional é declinante ao longo do período e que acompanhou a dinâmica cíclica da cultura algodão verificada em termos estaduais e nacionais (figura 8).

¹ Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, São Pedro da Cipa.

² Campo Verde e Primavera do Leste

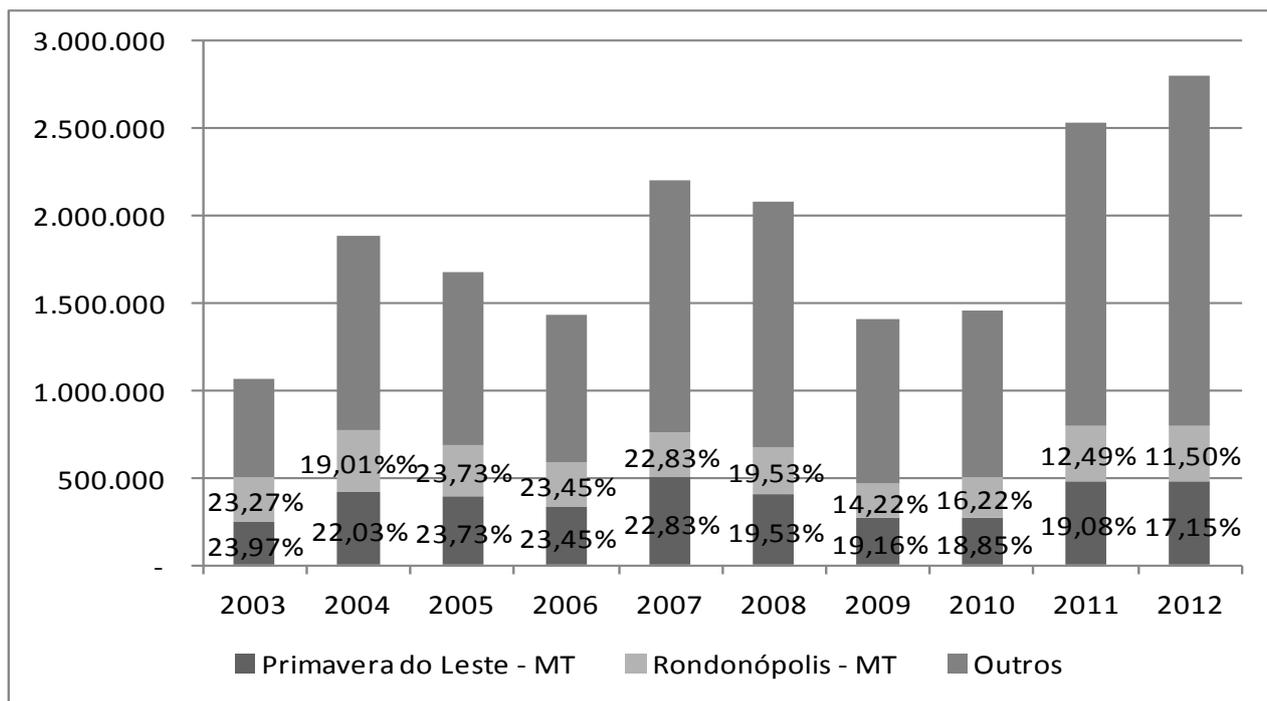


Figura 8: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Algodão de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2014) elaborado pelos autores.

Na lavoura de milho a representatividade de ambas as microrregiões situa-se em 13,8% da produção de Mato Grosso em 2012 (6,9% para a Microrregião de Rondonópolis e 6,9% para a Microrregião de Primavera do Leste). Apesar da tendência de crescimento da produção no período (424,27% e 228,05% respectivamente) em ambas as microrregiões, este desempenho foi acompanhado ao verificado no estado (390,06%). A participação na produção estadual apresenta tendência declinante com fatia conjunta de 13,8% em 2012 em relação a 16,8% em 2003 (figura 9).

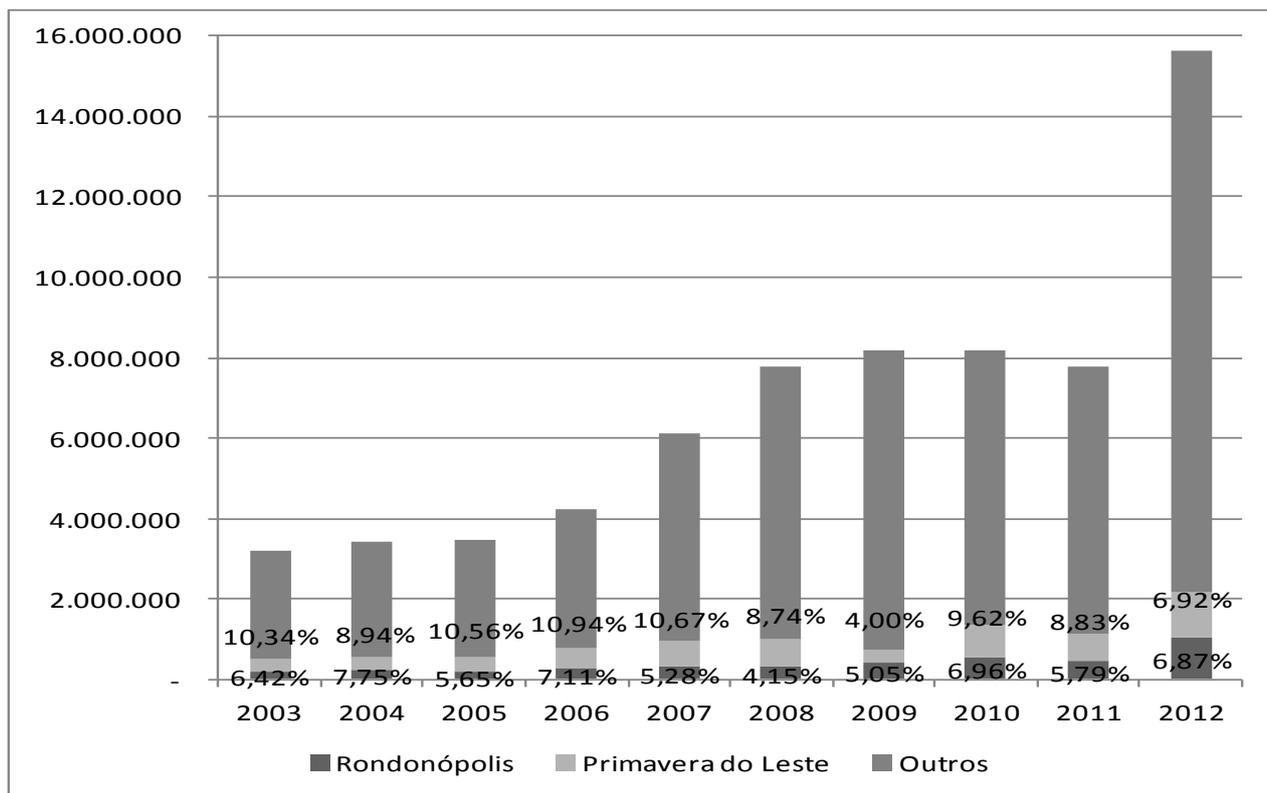


Figura 9: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Milho de Mato Grosso (1000 t.).
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2013) elaborado pelos autores.

Por fim, na cultura da soja a participação das duas microrregiões situou-se em 12,3% da produção de Mato Grosso em 2011 (5,8% para a Microrregião de Rondonópolis e 6,1% para a Microrregião de Primavera do Leste). Apesar da tendência de crescimento da produção no período (50,1 e 19,3%, respectivamente) em ambas as microrregiões, este desempenho foi inferior ao verificado no estado. A participação na produção estadual apresenta tendência declinante com fatia conjunta de 11,9% em 2012 em relação a 15,2% em 2003 (figura 10).

Em síntese, verifica-se que o entorno geográfico do município de Rondonópolis possui produção agrícola representativa nas culturas do algodão, em maior medida, soja e milho, em menor medida. O crescimento da produção foi significativo no período recente, contudo, em termos estaduais este desempenho foi sobrepujado pelos desempenhos de outras regiões, o que ocasionou a sua redução na participação relativa.

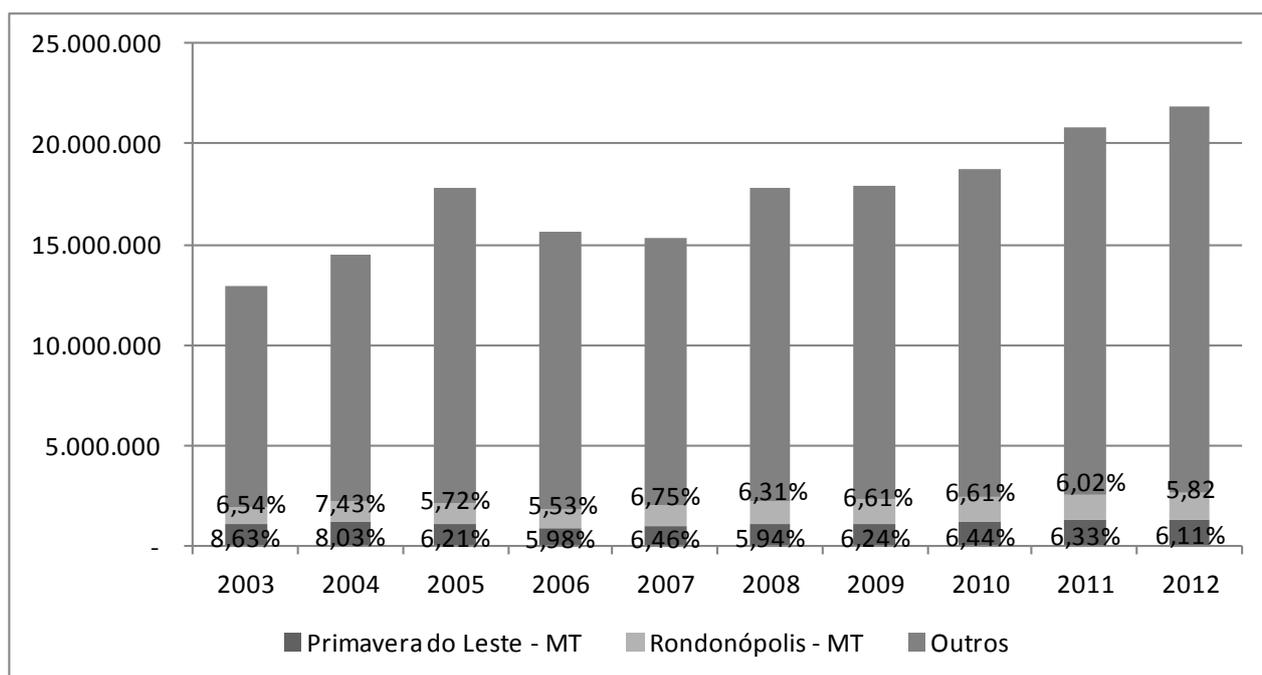


Figura 10: Evolução da Participação Microrregional na Produção de Soja de Mato Grosso (Toneladas).
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE (2013).

2.2 Evolução dos Preços para Culturas Seleccionadas e a Conjuntura Semestral

Em termos da evolução dos preços das culturas da soja, milho, algodão e boi gordo, a variação ao longo do período de outubro de 2011 a março de 2015 foi a de (29,79%) para a soja, (-7,4%) para o milho, (15,82%) para o algodão e (5,0%) para o boi gordo. Este panorama somado ao incremento dos custos de produção ao longo do período indica margens de lucratividade mais estreitas. Em síntese, a dinâmica dos mercados agrícolas foi impactada no semestre por três variáveis principais: i) os mercados se ressentiram da desaceleração do crescimento dos mercados emergentes que tendeu a deprimir os preços das *commodities* agrícolas; ii) a aceleração do processo de desvalorização cambial tendeu a fortalecer as cotações no mercado brasileiro, contudo, graças às intervenções do Banco Central este processo foi revertido; iii) as condições climáticas apesar do veranico nos meses de janeiro a fevereiro nas regiões sudeste e sul não impactaram a produtividade das lavouras. No caso de Mato Grosso, as precipitações foram dentro das médias históricas, contudo, a intermitência das chuvas nos meses de janeiro e fevereiro não prejudicou a produtividade da safra de soja.

A previsão do IMEA (01/2014) para a safra 2013/2014 de soja de Mato Grosso é de 25,669 milhões de toneladas, com incremento de 8,49% em relação à safra 2012/2013, sendo que a perspectiva de elevação para a região sudeste de Mato Grosso é de 4,93%, com produção de 5,403



milhões de toneladas. Ressalte-se que é a região do estado com previsão de menor crescimento, apesar de ainda se manter como a segunda maior região produtora do estado com 21,05% da produção estadual.

O segundo levantamento da safra 2014/15 de milho realizado pelo Imea trouxe números um pouco mais elevados para a área do cereal em Mato Grosso, e conseqüentemente para a produção do Estado. Apesar das expectativas de ainda ter uma menor safra em relação à temporada 2013/14, observou-se que nos últimos meses os produtores mato-grossenses em geral sentiram-se mais estimulados a semear o milho em virtude das chuvas que colaboraram para a umidade do solo e a recuperação positiva das cotações no mercado interno devido, dentre outros fatores, ao aumento do dólar. A estimativa de área verificada no segundo levantamento, revelou aumento de 4,81% em relação a primeira estimativa de safra realizado em novembro de 2014. O novo dado apresentou área de aproximadamente 2,96 milhões de hectares, frente a área de 2,82 milhões de hectares da estimativa anterior. Já em relação à temporada atual, a estimativa de área da safra futura ainda é menor em 7,96% ou 256 mil hectares. A região que apresentou aumento mais significativo em relação a projeção anterior foi a médionorte, contanto com uma área de 1,35 milhão de hectares, pois, por ser a maior região produtora do Estado, os números apresentaram-se mais elevados se comparado com as demais regiões. Para a produtividade, foi considerado os mesmos números da projeção passada de 86 sacas por hectare. Assim, a estimativa da produção do cereal mato-grossense teve aumento de 4,76% em relação a projeção passada em virtude da maior área, sendo projetada a 15,29 milhões de toneladas. Contudo, a produção da safra futura ainda é 13,70% menor que a produção da safra atual, que fechou em 17,7 milhões de toneladas.

Em relação à estimativa de safra realizada para a safra 2014/15, de algodão, espera-se queda de 14,4% ante a safra passada na área destinada ao algodão em Mato Grosso. Na temporada 2013/14, a área total destinada à fibra foi de 645.916 hectares, enquanto na safra atual, estima-se que tal área seja de 552.786 hectares, 2,7% inferior à primeira estimativa da safra 2014/15, que registrava expectativa de 568.406 hectares.

No caso da produção de algodão, as perspectivas são de incremento da safra 2013/2014 em relação à safra 2012/2013, em virtude da expansão da área de plantio da ordem de 33,7%, com área estimada de 604,6 mil hectares, a produção que é estimada em 902.542 toneladas de algodão em pluma frente à produção de 687.159 toneladas da safra 2012/2013 (+ 31,4%) (IMEA, 2014). As perspectivas do preço no mercado internacional do algodão em pluma refletem os crescentes estoques da economia da China que alcançam 11 milhões de toneladas, a política chinesa é de restringir o crescimento dos estoques que, todavia, ainda são elevados. O segundo aspecto é o de



que a retração das compras chinesas impacta indiretamente as exportações brasileiras para a Indonésia, em virtude das importações para este destino serem em parte direcionadas à China pela menor carga tarifária existente para o algodão oriundo de países da Ásia.

Em resumo, as perspectiva para a safra 2013/2014 são de expansão da produção de soja, com a manutenção de preços firmes, mas com retração de margens, em virtude da expansão dos custos de produção. No caso do milho, pode ser deslumbrado um cenário de retração da área plantada, em virtude dos baixos preços da safra atual. Contudo as incertezas quanto à safra norte-americana e a evolução da taxa de câmbio ainda serão determinantes para as perspectivas da cultura no próximo ano. Por fim, a cultura do algodão apresenta situação positiva com preços ascendentes e demandas firmes dos mercados internos e externos.

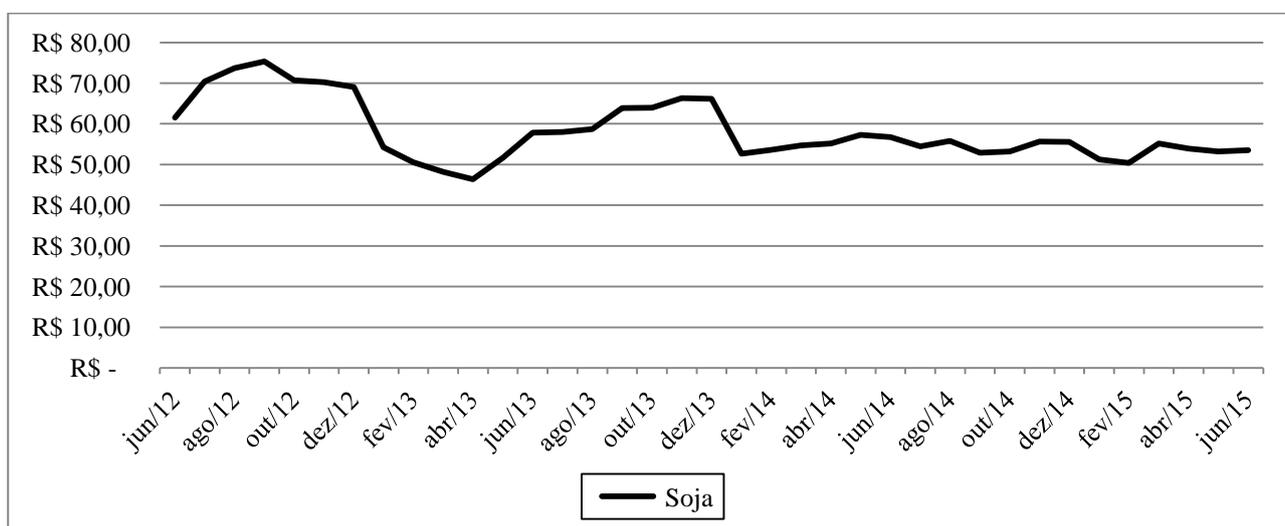


Figura 11: Evolução dos preços da soja no mercado físico no município de Rondonópolis no período de Jun/2012 a Jun/2015.

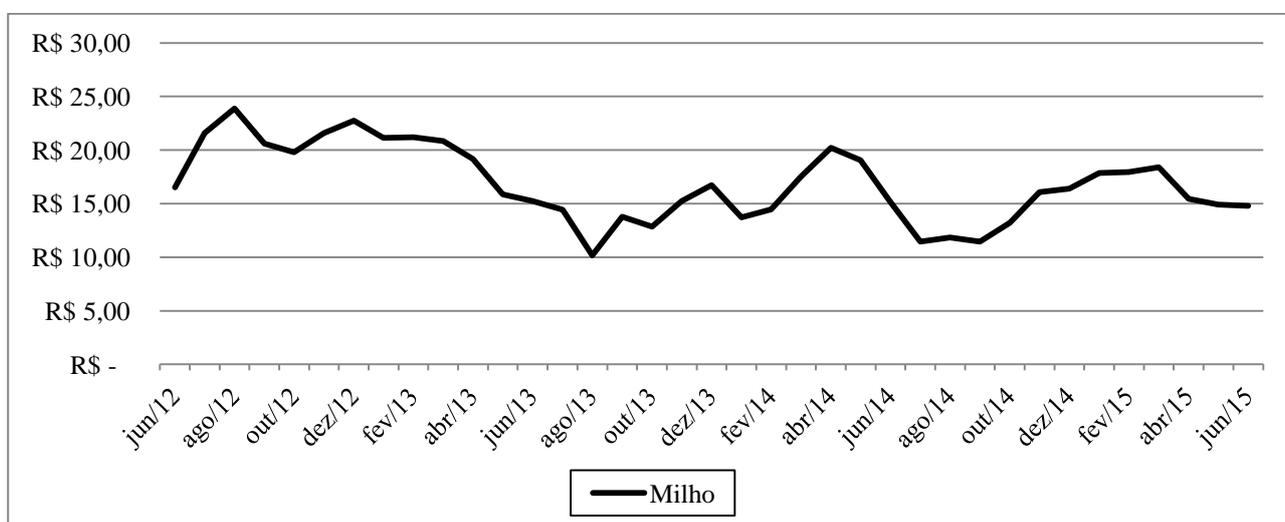




Figura 12: Evolução dos preços da no mercado físico no município de Rondonópolis no período de Jun/2012 a Jun/2015.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IMEA (2015).

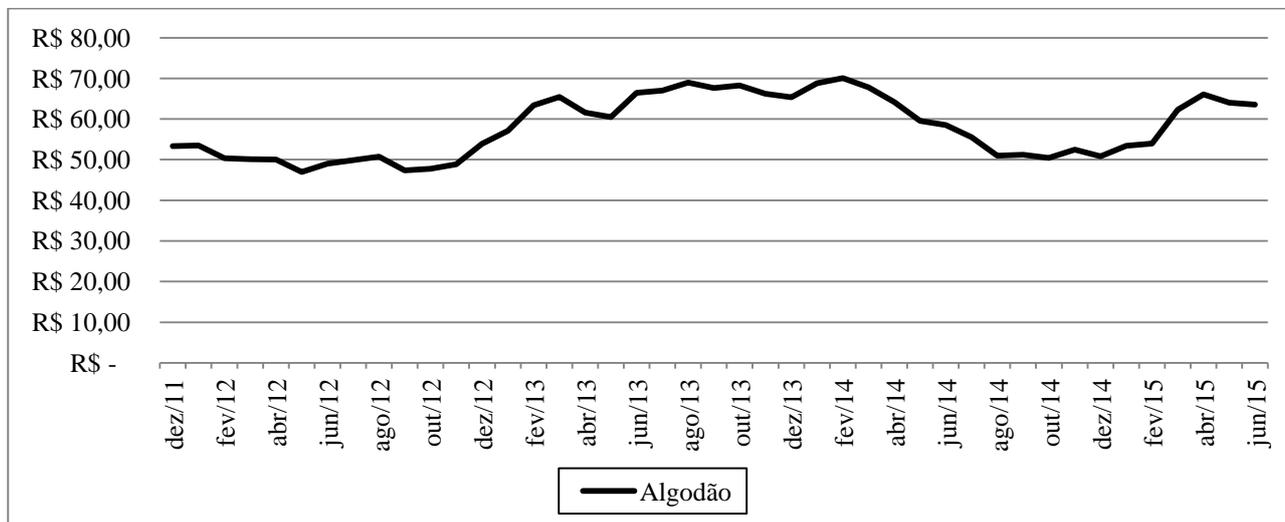


Figura 13: Evolução dos preços do algodão no mercado físico no município de Rondonópolis no período de Jun/2012 a Jun/2015.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IMEA (2015).

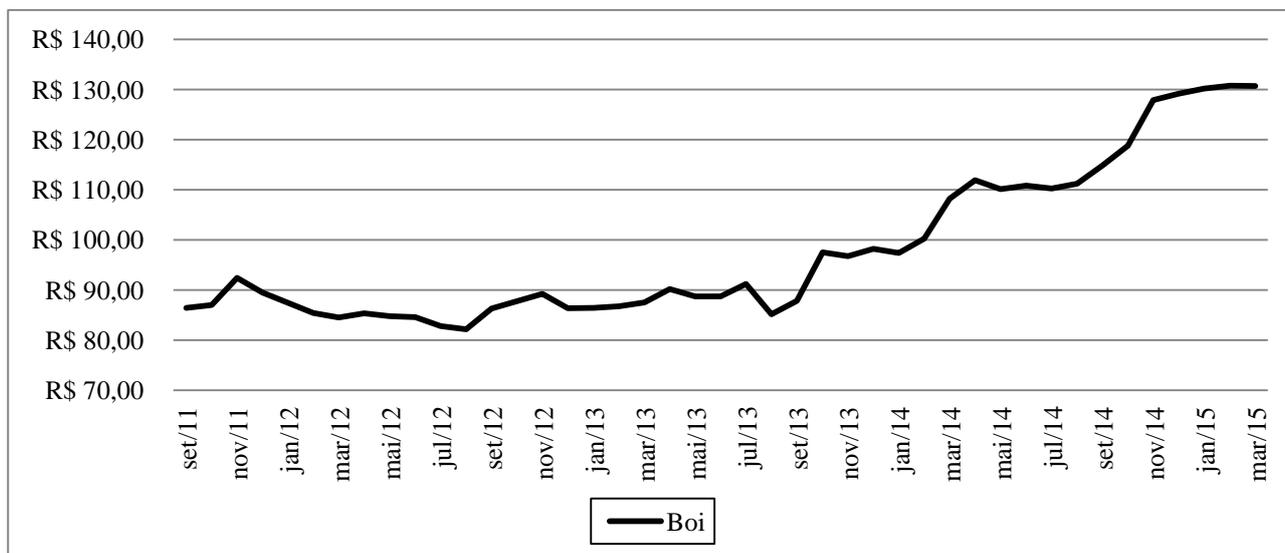


Figura 14: Evolução dos preços do boi gordo no mercado físico no município de Rondonópolis no período de 2011 a Mar/2015

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IMEA (2015).

2.3 Setor Externo

2.3.1 Balança Comercial



A Tabela 14 apresenta o desempenho da Balança Comercial para o estado de Mato Grosso. A Balança Comercial registra as transações econômicas referentes às exportações e importações. O saldo dessa Balança demonstra o valor das exportações líquidas, isto é, a diferença entre exportações e importações. Se o saldo é positivo, registra-se superávit comercial. Caso contrário, registra-se déficit comercial.

O desempenho da Balança Comercial mato-grossense no segundo trimestre de 2015, apresentou queda de 25,35% em relação ao segundo trimestre de 2014.

Tabela 14: Balança Comercial de Mato Grosso (US\$ 1.000 FOB).

Trimestre	Mês	Exportações	Importações	Saldo
2º Trimestre/14	Abril	1.951.067	166.342	1.784.725
	Maió	1.746.234	240.999	1.505.235
	Junho	1.591.678	128.406	1.463.272
3º Trimestre/14	Julho	1.406.801	158.645	1.248.156
	Agosto	1.406.223	187.052	1.219.171
	Setembro	1.406.223	142.014	1.264.209
4º Trimestre/14	Outubro	896.213	128.841	767.372
	Novembro	766.460	150.077	616.383
	Dezembro	818.305	102.284	716.021
1º Trimestre/15	Janeiro	687.600	159.061	528.539
	Fevereiro	585.607	104.796	480.811
	Março	1.387.736	88.738	1.298.998
2º Trimestre/15	Abril	897.152	83.684	813.468
	Maió	1.500.159	111.176	1.388.983
	Junho	1.488.987	143.037	1.345.950

Fonte: MDIC.

2.3.2 Principais Empresas Exportadoras

As dez principais empresas exportadoras do estado de Mato Grosso podem ser visualizadas por intermédio da Tabela 15.



Tabela 15: Dez Principais Empresas Exportadoras, 2015 (Jan/Jul) – US\$ FOB.

Empresas	Exportação	Part. (%)
Bunge Alimentos S/A	1.357.202.760	17,03
Amaggi Exportação e Importação LTDA	815.258.387	10,23
ADM do Brasil LTDA	788.980.494	9,9
Cargill Agrícola S/A	776.916.341	9,75
JBS S/A	406.936.090	5,11
Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A	251.073.621	3,15
Noble Brasil S/A	235.430.924	2,95
Nidera Sementes LTDA.	210.834.909	2,65
BTG Pactual Commodities S.A	198.397.008	2,49
Agropecuária Maggi LTDA.	150.379.208	1,89

Fonte: MDIC.

Dentre as dez empresas elencadas, destacam-se: Bunge Alimentos S/A, Amaggi Exportação e importação, ADM do Brasil LTDA, Cargill Agrícola S/A. e JBS S/A. As dez empresas, em conjunto, exportaram um valor equivalente a 65,15% do valor total exportado pela economia mato-grossense, que representou US\$ 5,1 bilhões.

2.3.3 Principais Empresas Importadoras

A Tabela 16, por sua vez, apresenta as dez principais empresas importadoras do estado de Mato Grosso. Essas dez empresas, em conjunto, importaram entre os meses de Janeiro e Julho de 2015 um montante de produtos equivalente a US\$ 652.025 milhões. Esse valor representa 80,02% do valor das importações totais da economia mato-grossense.

Tabela 16: Dez Principais Empresas Importadoras, 2015 (Jan/Jul) – US\$ FOB.

Empresas	Importação	Part. (%)
Mosaic Fertilizantes do Brasil LTDA.	173.753.671	21,32
Yara Brasil Fertilizantes S/A	121.991.107	14,97
Petroleo brasileiro S.A Petrobras	114.641.000	14,07
Fertipar Fertilizantes do Mato Grosso LTDA	87.459.325	10,73
Nidera Sementes LTDA.	35.582.398	4,37
Fertilizantes Tocantins LTDA.	29.182.895	3,58
Amaggi Exportação e Importação LTDA	26.301.808	3,23
Fertilizantes Heringer S/A	23.105.810	2,84
Cervejaria Petrópolis do Centro Oeste LTDA	20.505.551	2,52
Fertifer Agro- Fertilizantes e Produtos Agropecuários	19.501.640	2,39

Fonte: MDIC.



2.3.4 Exportações por Fator Agregado

A Tabela 17 evidencia as exportações mato-grossenses por fator agregado. Observa-se que a pauta exportadora do estado de Mato Grosso é constituída, predominantemente, de produtos básicos. O valor exportado desses produtos, no segundo trimestre do ano de 2015, representava 96,41 % do valor das exportações totais de Mato Grosso.

O valor exportado de produtos industrializados, por sua vez, representou 3,59% do valor das exportações totais de Mato Grosso nos dois primeiros trimestres do ano de 2015. Sendo que, 72,06% do valor das exportações de produtos industrializados referem-se aos produtos semimanufaturados, e 27,93% referem-se aos produtos manufaturados.

Tabela 17: Exportações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).

Fator Agregado	3º Trimestre/14	4º Trimestre/14	1º Trimestre/15	2º Trimestre/15
Básicos	3.434.240	2.327.910	2.536.091	3.746.814
Industrializados	214.316	153.066	1.022.868	139.483
Semimanufaturados	179.862	120.635	997.856	100.513
Manufaturados	34.454	32.432	25.012	38.970
Exportações Totais	3.648.556	2.480.976	3.558.959	3.886.297

Fonte: MDIC.

2.3.5 Importações por Fator Agregado

As importações por fator agregado do estado de Mato Grosso no segundo trimestre do ano de 2015 são apresentadas na Tabela 18. Vê-se que a pauta importadora da economia mato-grossense é constituída basicamente de produtos industrializados, o que corrobora a característica primário-exportadora dessa economia – exporta produtos básicos e importa produtos industrializados.

O valor das importações de bens industrializados, no segundo trimestre do ano de 2015, correspondia a 85,32% do valor das importações totais. Na categoria dos produtos industrializados, destacam-se as importações de bens semimanufaturados: 50,83% do valor das importações de produtos industrializados correspondiam às importações de bens semimanufaturados.



Tabela 18: Importações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).

Fator Agregado	3º Trimestre/14	4º Trimestre/14	1º Trimestre/15	2º Trimestre/15
Básicos	77.177	65.715	64.596	49.589
Industrializados	410.534	315.487	280.000	288.308
Semimanufaturados	229.831	98.573	63.534	171.782
Manufaturados	142.796	216.914	224.466	116.526
Exportações Totais	487.711	381.202	352.596	337.897

Fonte:MDIC

2.3.6 Principais Países de Destino

A Tabela 19 evidencia os principais países de destino das exportações mato-grossenses no segundo trimestre de 2015. A China absorveu, neste período, 39,42% das exportações da economia mato-grossense, constituindo, assim, o principal mercado comprador de produtos mato-grossenses.

Tabela 19: Exportações: Principais Países de Destino, 2015 (Jan/Jul) – US\$ FOB.

Países	Exportação	Participação %
China	3.141.632.662	39,42
Indonésia	503.048.317	6,31
Países Baixos (Holanda)	427.230.838	5,36
Tailândia	366.108.175	4,59
Irã	325.046.276	4,08
Espanha	303.941.693	3,81
Vietnã	222.558.441	2,79
Coréia do Sul	219.733.647	2,76
Egito	205.967.687	2,58
Rússia	165.002.564	2,07

Fonte: MDIC.

Nota: A participação % refere-se à participação do valor exportado para os respectivos países em relação ao valor das exportações totais.

2.3.7 Principais Produtos Exportados

Os principais produtos exportados pela economia mato-grossense entre Janeiro e Julho de 2015 são apresentados por intermédio da Tabela 20. Neste período, a soja apresenta-se como o principal produto de exportação do estado de Mato Grosso. A exportação dessa *commodity* representou 57,77% das exportações totais, alcançando o expressivo valor de US\$ 4,6 bilhões. Essas informações revelam um elevado grau de concentração da pauta de exportação da economia



de Mato Grosso. Esse elevado grau de concentração, associado às informações do item 2.3.6 dessa análise, resulta em um cenário de vulnerabilidade econômica externa.

Tabela 20: Principais Produtos Exportados, 2015 (Jan/Jul) – US\$ FOB.

Produtos	Exportação	Participação %
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura.	4.604.792.125	57,77
Bagaços e Outs. Resíduos sólidos, da Extr.do ol.	1.076.156.682	13,5
Milho em grão, exceto para semeadura.	698.018.169	8,76
Carnes Desossadas de bovino, congeladas.	500.493.123	6,28
Farinhas e "Pellets", da extração do óleo de Soja.	259.083.310	3,25
Algodão simplesmente debulhado, não cardado NE.	252.145.582	3,16
Óleo de Soja, em bruto, mesmo degomado.	90.433.651	1,13
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrig.	78.723.700	0,99
Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça.	46.014.151	0,58
Pedaços e Miudezas, Comest. De Galos/Galinhas.	43.304.005	0,54

Fonte: MDIC.

Excluindo a soja, podem-se elencar outros nove principais produtos exportados, conforme demonstra a Tabela 20. O valor exportado desses nove produtos, em conjunto, representou 38,18% do valor das exportações totais. Dentre os nove produtos, destacam-se: Bagaços e Outs. Resíduos sólidos, da Extr. Do. Ol. (13,5% das exportações totais), Milho em Grão, exceto para semeadura (8,76% das exportações totais) e Carnes desossadas de bovino, congeladas (6,28% das exportações totais).

2.3.8 Principais Produtos Importados

A Tabela 21 mostra os principais produtos importados pela economia de Mato Grosso no segundo trimestre de 2015. Dentre os dez produtos listados, destacam-se: Outros cloretos de Potássio, Gás Natural no estado gasoso e Uréia com teor de nitrogênio. O valor importado desses três produtos correspondeu a 60,41% do valor das importações totais de Mato Grosso.



Tabela 21: Principais Produtos Importados, 2015(Jan/Jul) – US\$ FOB.

Produtos	Importação	Participação %
Outros cloreto de Potássio	299.363.276	36,74
Gás Natural no estado gasoso	114.887.581	14,1
Uréia com teor de nitrogênio>45% em peso	78.022.801	9,57
Outs. Adubos/Fertiliz. Miner. Quim. C/Nitrogênio	66.828.416	8,2
Outs, Aviões a Turbojato, etc.	37.305.551	4,58
Sulfato de Amonio	33.717.333	4,14
Diirogênio-ortofosfatode Amonio, INCL. MIST. HI	30.549.091	3,75
Outs. Adubos/Fertiliz. Miner. Quim. C/Nitrogênio	18.047.813	2,21
Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo (p2	15.491.802	1,9
Outros Tubos de plásticos, não reforçados.	9.309.160	1,14

Fonte: MDIC

3 CONJUNTURA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS

3.1 Mercado de Trabalho

A Figura 15 evidencia a dinâmica do mercado de trabalho do município de Rondonópolis entre agosto de 2009 e junho de 2015. Conforme os dados do CAGED, ao longo do período considerado, foram admitidos 174.030 trabalhadores e desligados 171.125 trabalhadores. Essas informações permitem inferir um saldo líquido positivo (Admissões – Desligamentos) igual a 1.507.

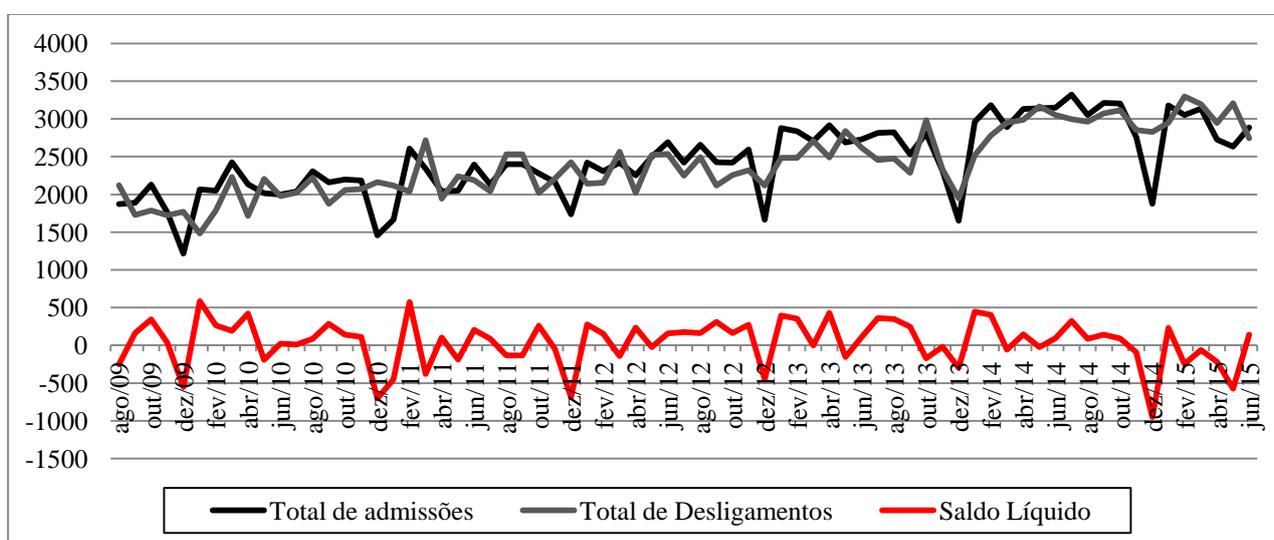


Figura 15: Mercado de Trabalho em Rondonópolis: Admissões, Desligamentos e Saldo Líquido.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do CAGED (2014).



A Tabela 22 apresenta a dinâmica do emprego por setor de atividade econômica do município de Rondonópolis ao longo do período 2004-2015. Nesta tabela pode-se observar que a geração de emprego é significativa nesse período, exceto no biênio 2005/2006 e no período atual, 2015. Nesses dois anos (2005/2006) houve uma perda de 1.534 empregos formais como reflexo da crise do setor agropecuário, enquanto que no ano de 2015 (jan/jun), a perda foi de 728 empregos formais, valor este, influenciado principalmente pela grande perda de empregos formais verificados nos setores da indústria de transformação e do comércio, perdas de 796 e 834 empregos formais, respectivamente. Dessa forma, os setores que apresentaram perdas no ano de 2015 (jan/jun) foram: comércio (-834), indústria de transformação (-796), construção civil (-173). O setor agropecuário continuou em um processo de perdas ao longo de 2007, 2008 e 2012. O setor de construção civil também continuou em um processo de crise ao longo de 2008 e 2009.

Tabela 22: Dinâmica do Emprego no Município de Rondonópolis no Período 2004- 2015(jan/jun).

ATIVIDADE ECONÔMICA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	2	1	1	-9	-2	2	3	15	15	-4	-14	13
Indústria de Transformação	289	-84	365	885	238	254	685	297	887	238	-246	-796
Serviço Industrial de Utilidade Pública	-9	6	5	6	-1	5	153	14	1	-22	3	4
Construção Civil	304	-43	-920	236	-445	-355	316	369	168	501	-52	-173
Comércio	840	-475	-36	242	570	23	489	519	260	603	226	-834
Serviços	409	330	-23	219	410	268	651	981	1087	1.344	578	967
Administração Pública	4	4	-1	1	-1	0	-1	0	0	0	0	0
Agropecuária	309	-369	-295	-139	-51	90	224	123	-147	15	108	91
TOTAL	2148	-630	-904	1441	718	287	2520	2318	2271	2.675	603	-728

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A Figura 16 apresenta a distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviço a Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária) no município de Rondonópolis em 2004 e 2014. Observa-se que o mercado de trabalho formal no ano de 2014 na economia de Rondonópolis totalizava 48,955 postos. Verifica-se também que setor de serviços foi o setor com o maior volume de empregos formais, com 18.479 postos em 2013, seguido pelo comércio, com 15.628 postos no mesmo ano. Juntos, esses dois setores representavam 69,67% do total de empregos formais do município.

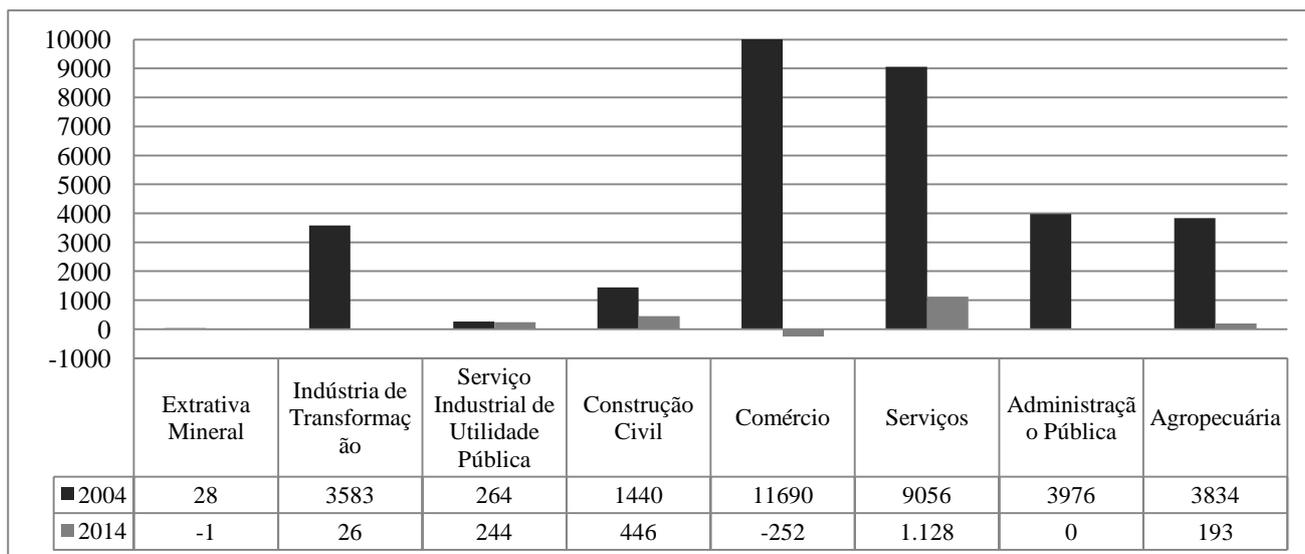


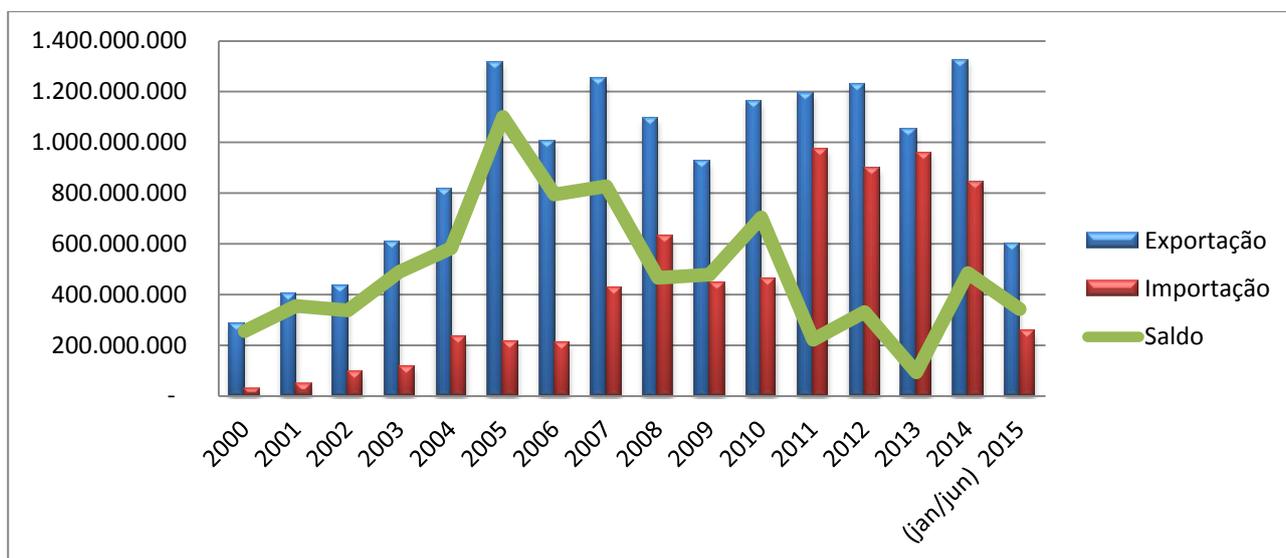
Figura 16: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município de Rondonópolis em 2004 e 2014.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/TEM.

3.2 Setor Externo

3.2.1 Balança Comercial

A balança comercial do município de Rondonópolis registrou saldo positivo em todos os anos ao longo do período 2000-2015³, conforme pode ser observado na Figura 17. O superávit comercial médio da economia de Rondonópolis ao longo dos anos 2000-2015 foi cerca de US\$ 524,32 milhões.



Fonte: MDIC.

³ O valor de 2015 refere-se somente aos meses de janeiro a junho.



O desempenho positivo da balança comercial do município de Rondonópolis resultou, entre outros fatores, do aumento dos preços internacionais das *commodities* no decorrer da década de 2000. A evolução do Índice de Preços de *Commodities* Primárias (*Index of Primary Commodity Prices* ou IPCP) é evidenciada na Figura 18. Esse indicador é publicado regularmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio da ponderação da participação das principais *commodities* no total exportado mundialmente dentro desta categoria.

Ao analisar a evolução do índice, observa-se que o mesmo cresceu ininterruptamente no período 2001-2008. No confronto 2008/2001, verifica-se um crescimento de 195%. Essa tendência ascendente do indicador foi consequência do ciclo de expansão da economia internacional, especialmente da demanda das principais economias emergentes por *commodities* brasileiras. No biênio 2008-2009, entretanto, o Índice de Preços de *Commodities* Primárias decresceu cerca de 30% devido aos efeitos da crise financeira global, iniciada no setor imobiliário da economia norte-americana. Contudo, o crescimento do Índice é retomado no ano de 2010, mantendo um crescimento estável de 2011 ao início de 2014, quando a partir da metade de 2014, o índice começou a apresentar uma tendência de queda.

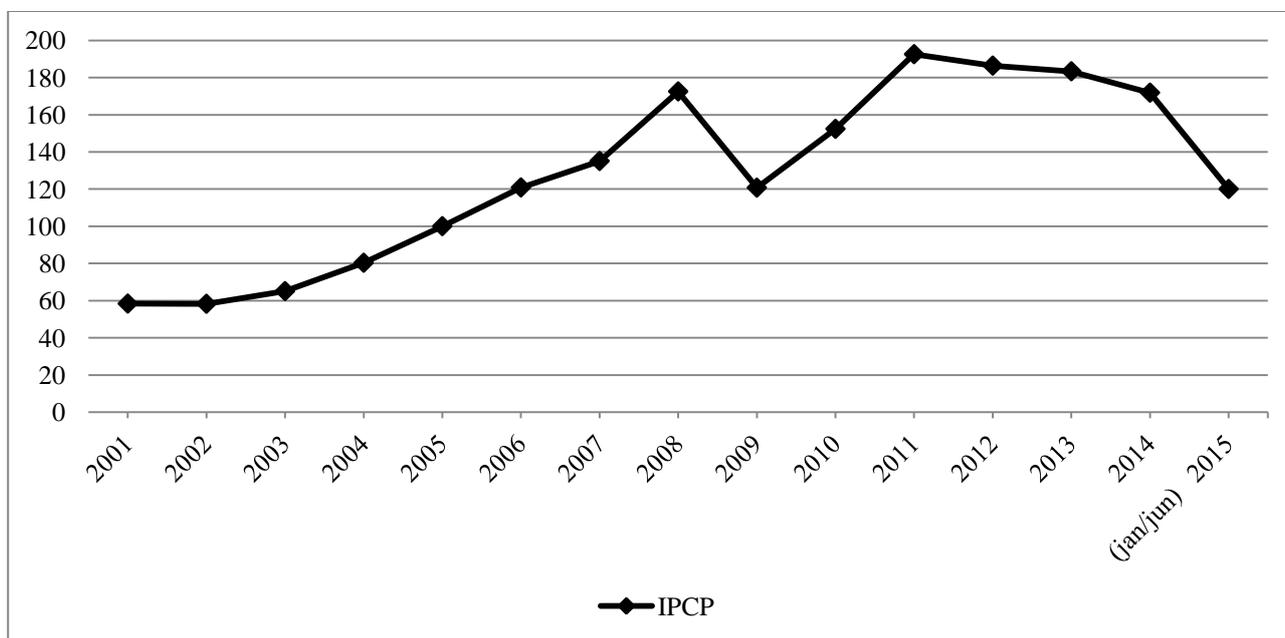


Figura 18: Índice de Preços de *Commodities* Primárias - IPCP (Jan/2001- Jun/2015).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (Fundo Monetário Internacional).
Nota: 2005 = 100, em termos de dólares americanos.

3.3 Atividade Econômica



3.3.1 Consumo de Energia Elétrica

A Figura 19 apresenta a evolução do consumo de energia elétrica no município de Rondonópolis entre junho de 2009 a junho de 2015. A figura evidencia três séries de dados, a saber: consumo industrial, consumo comercial e consumo rural.

Observa-se que o consumo de energia elétrica industrial apresentou aumento no segundo trimestre de 2015 de 1,31% em comparação com o segundo trimestre de 2014. Já em relação ao desempenho do consumo comercial de energia elétrica, registrou-se um aumento de 1%.

Com relação à terceira série de dados (consumo rural), registrou-se que no segundo trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano de 2014, houve um crescimento no consumo de energia elétrica (consumo rural) de 4,12%.

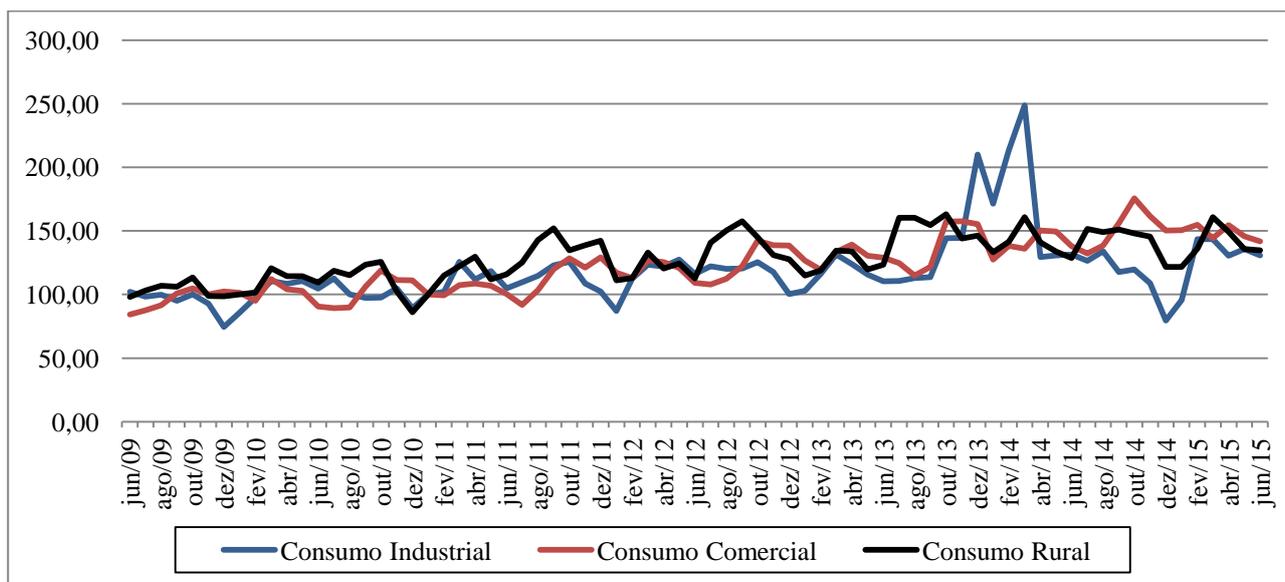


Figura 19: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Industrial, Comercial e Rural) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jun/2009- Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela CEMAT.

A Figura 20 apresenta três séries de dados: consumo do poder público, consumo da iluminação pública e consumo do serviço público. Com relação à primeira série de dados (consumo do poder público), registrou-se que o consumo no segundo trimestre de 2015 apresentou um crescimento de 10,74% em comparação com segundo trimestre de 2014. Já em relação à terceira série de dados (iluminação pública), no segundo trimestre de 2015, essa série apresentou queda de 14,26% na comparação com o segundo trimestre de 2014.



Em relação a série de dados do consumo do setor público, registrou-se que o consumo no segundo trimestre de 2015 sofreu um aumento de 4,18% em comparação com o mesmo período de 2014.

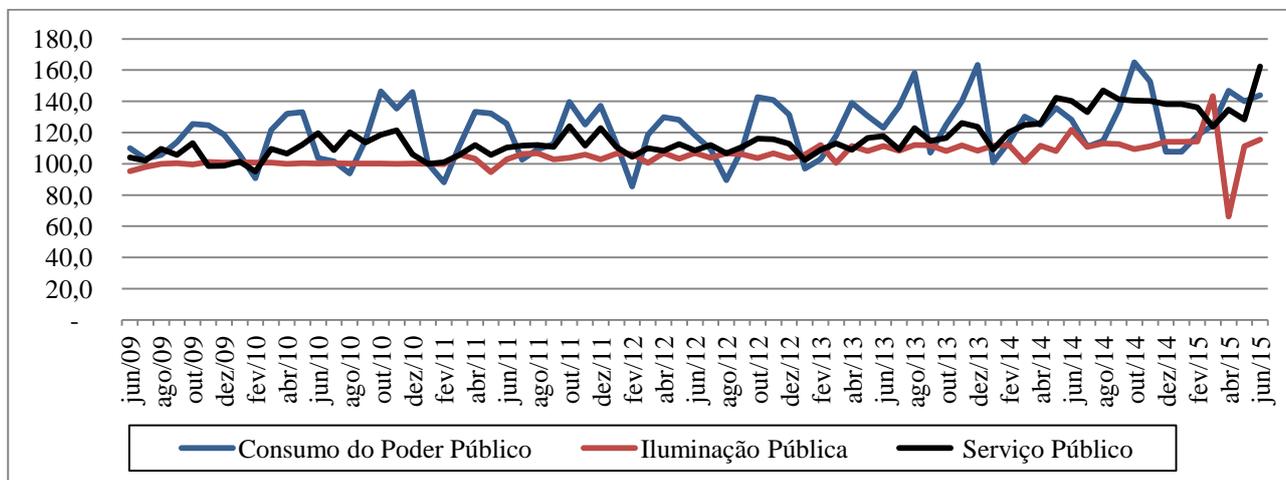


Figura 20: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Set/2008-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela CEMAT.

A Figura 20, por sua vez, apresenta a evolução do consumo residencial de energia elétrica no município de Rondonópolis entre junho de 2009 e junho de 2015. Podemos perceber que, em geral, o consumo diminui no primeiro semestre e aumenta no segundo semestre. Possivelmente este efeito sazonal é resultado da variação climática no município que determina o segundo semestre, especialmente entre setembro e novembro, com meses de maior temperatura e clima seco, o que pressiona o consumo de energia elétrica residencial. No segundo trimestre de 2015, houve um aumento de 5,42% em comparação com o segundo trimestre de 2014.

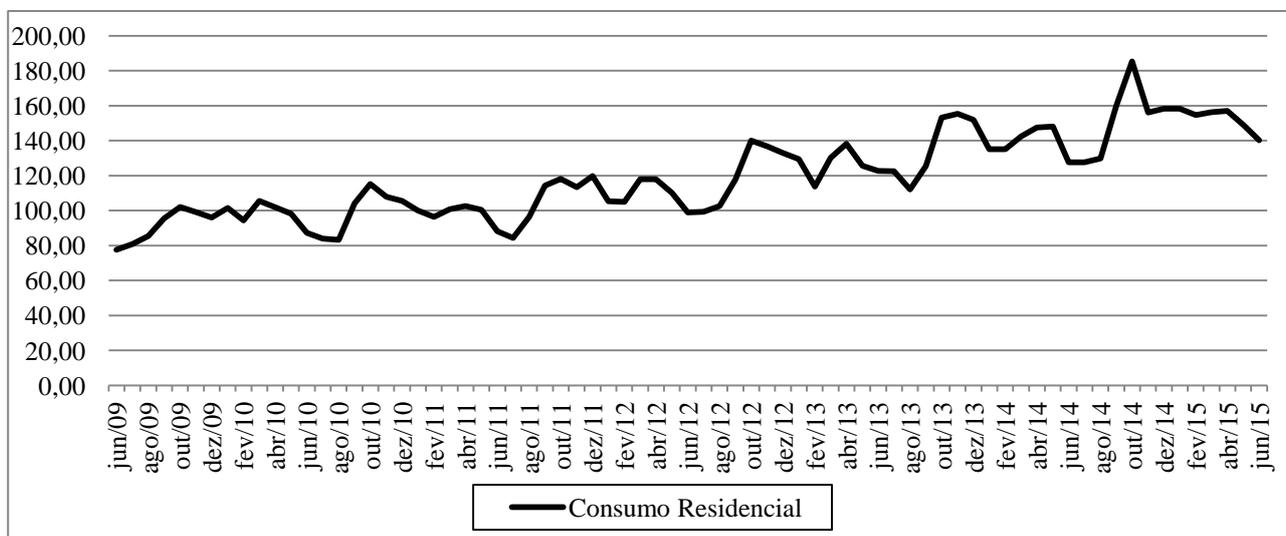




Figura 21: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Consumo Residencial) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jun/2009- Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela CEMAT/Energisa.

3.3.2 Consumo de Água

A Figura 22 apresenta a evolução do consumo de água no município de Rondonópolis entre junho de 2009 a junho de 2015. De junho de 2009 a junho de 2015, houve um aumento de 28,23% no consumo de água no município de Rondonópolis. Na comparação do segundo trimestre de 2015 com o segundo trimestre de 2014, registra-se um aumento de 1,03% no consumo de água.

Figura 22: Dados sobre o consumo de água (Jun/09 a Jun/15).

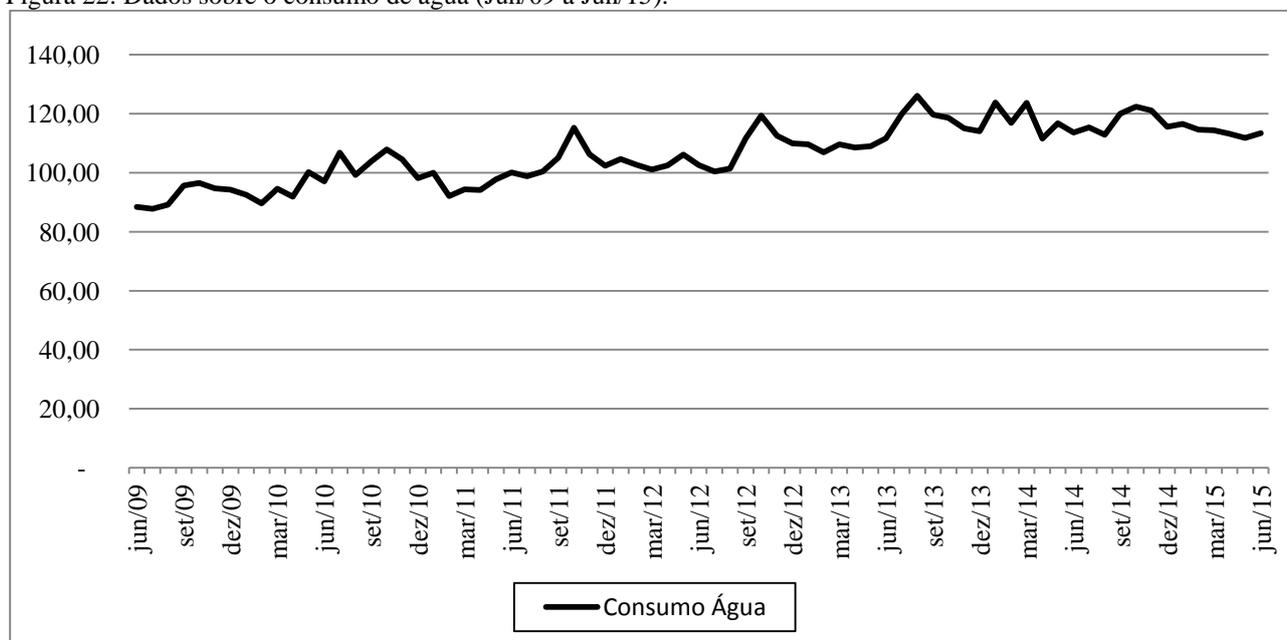


Figura 22: Dados sobre o consumo de água (Jun/09 a Jun/15) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela SANEAR/MT.

3.3.3 Número de Consultas no Crediconsult

A Figura 23 apresenta a evolução da quantidade de registros inclusos no Crediconsult entre junho de 2011 a junho de 2015. Na comparação do segundo trimestre de 2015 com o segundo trimestre de 2014, registra-se uma queda de 32,91% na quantidade de registros inclusos.

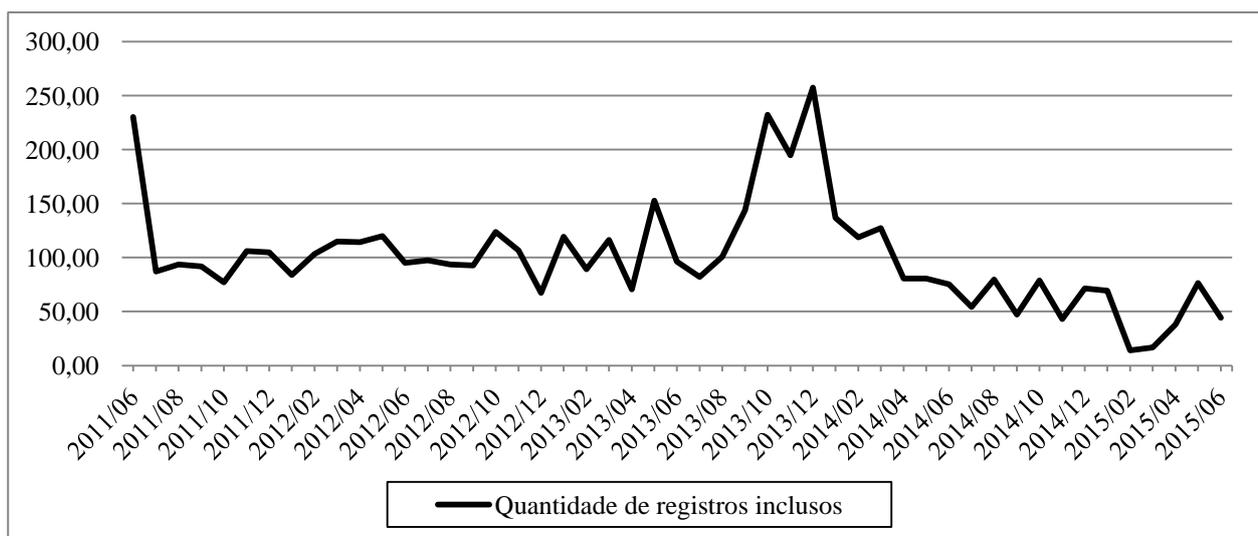


Figura 23: Quantidade de Registros Incluídos em Rondonópolis no período (Jun/2011-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela FACMAT.

3.3.4 Número de Embarques e Desembarques no Aeroporto

A Figura 24 abaixo apresenta a evolução do número de embarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis entre junho de 2008 a junho de 2015. Ao longo desse período, registra-se que houve um aumento de 391,3% no número de embarques no aeroporto de Rondonópolis. Até janeiro de 2010 o número de embarques varia muito pouco, mas após esse período há um grande salto, partindo de 97,72 para 3529 embarques em setembro de 2010, ou seja, um aumento de 405,7%. Esse aumento é seguido de uma queda abrupta até janeiro de 2011, voltando para o seu valor anterior ao aumento. Após esse período e para os próximos dois anos, os dados apresentam incremento no primeiro semestre seguido de queda no segundo semestre. É importante ressaltar que esses dados refletem os investimentos na expansão do aeroporto. Além disso, houve a abertura e o fechamento de voos ao longo de todo o período. Na comparação do segundo trimestre de 2015 com o segundo trimestre de 2014, verificou-se um aumento de 39% no número de embarques.

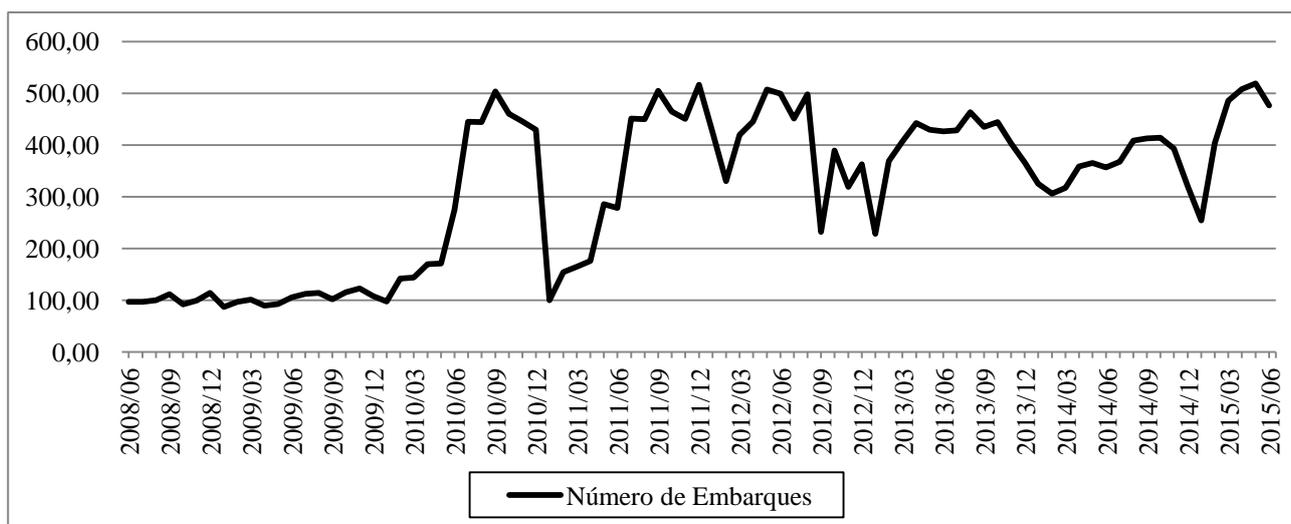


Figura 24: Número de Embarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Jun/2008-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo Aeroporto de Rondonópolis.

A Figura 25 apresenta o número de desembarques no aeroporto. Na comparação do número de desembarques no segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, registrou-se um aumento de 37,65%. Essa figura apresenta o mesmo padrão cíclico da figura anterior.

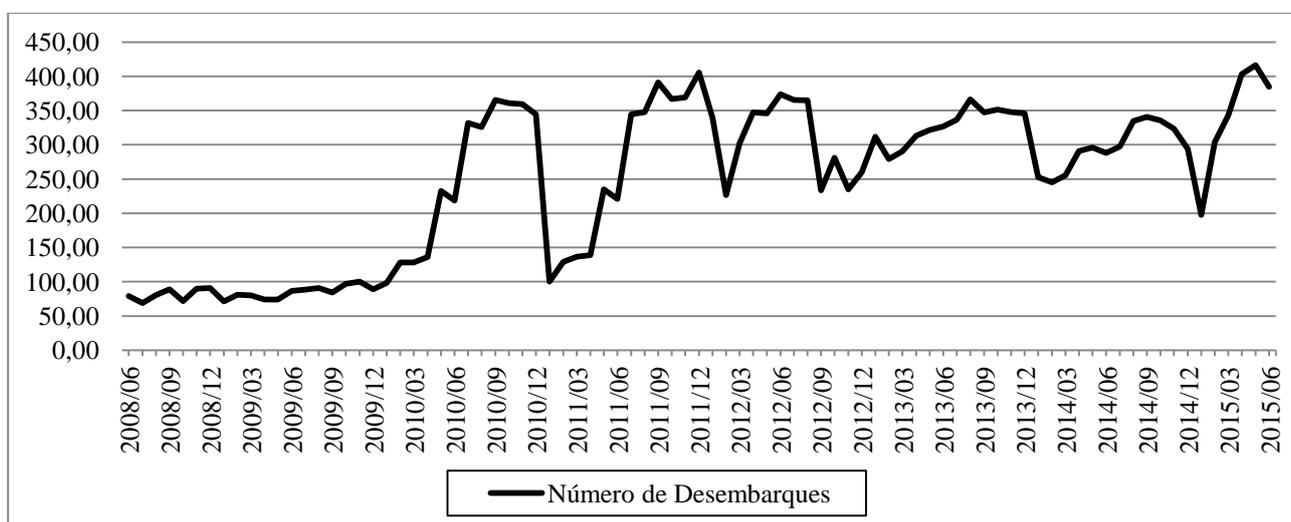


Figura 25: Número de Desembarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Jun/2008-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo Aeroporto de Rondonópolis.



3.3.5 Alvará de Construção e Alvará de Habite-se

A Figura 26 apresenta a evolução do número de alvarás de construção (total de requerimentos) de junho de 2009 a junho de 2015. Ao longo do ano de 2013 em relação ao ano de 2012, o desempenho foi de 116,38%, o que sinaliza pelo incremento do setor de construção civil no município no ano. O desempenho dos requerimentos no segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, aumentou em 141,09%.

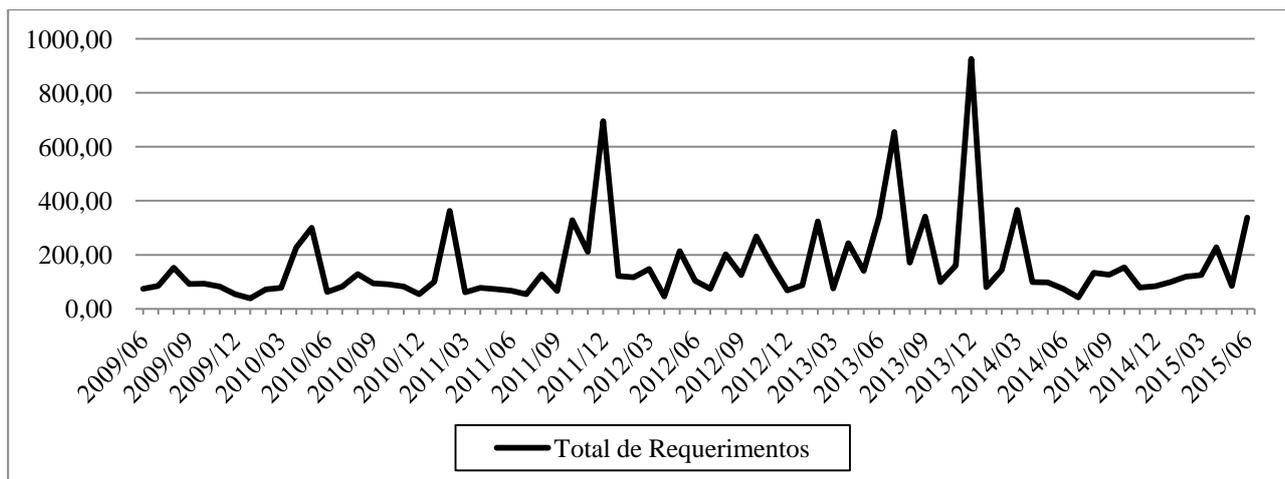


Figura 261: Alvará de Construção – Total de Requerimentos, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jun/2009- Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

A Figura 27 apresenta a evolução no número de alvarás de construção (área total de construção) entre junho de 2009 a junho de 2015. A figura mostra que o saldo final do período foi positivo. Entretanto, a análise desse aumento torna-se mais complexa devido à presença de um *outlier* em abril de 2010. Um *outlier* é um ‘dado discrepante’, ou seja, é quando uma observação da amostra difere do restante da amostra. Em termos estatísticos, ao calcular a média amostral de um conjunto de dados, espera-se que essa média esteja o mais próxima possível da média populacional. O problema é que um *outlier* é capaz de fazer com que a média amostral fique muito distante da média populacional, distorcendo o resultado. Por exemplo, enquanto o valor médio do número-índice da área total de construção entre janeiro de 2008 a maio de 2010 é igual a 109,15 e o valor médio entre maio de 2010 a junho de 2013 é igual a 127,81; o valor do número-índice em abril de 2010 é igual a 4884,82. No segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, registrou-se um aumento de 13,78% na área total de construção.

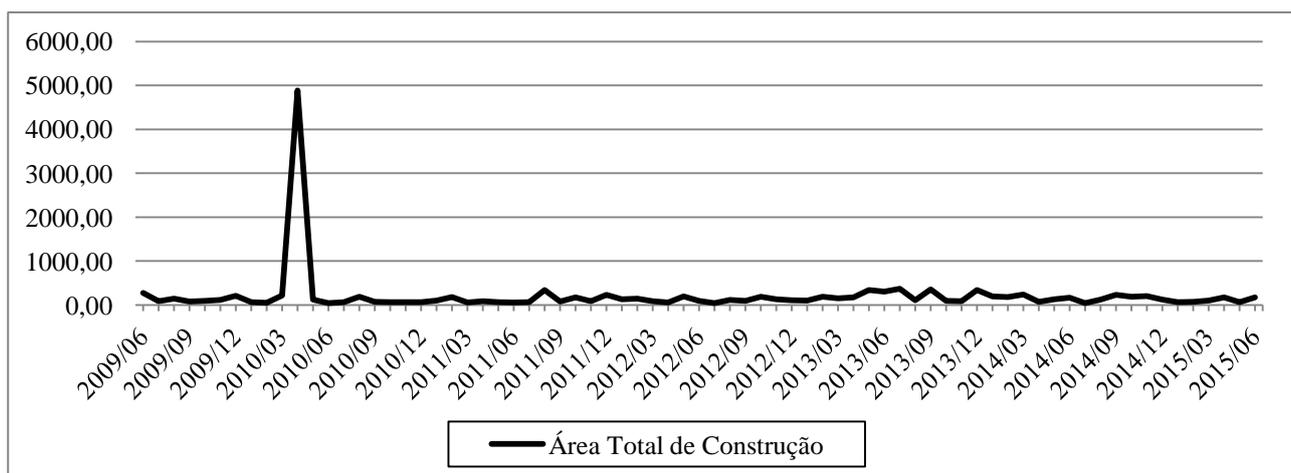


Figura 27: Alvará de Construção – Área Total de Construção, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jun/2009- Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

A Figura 28 apresenta a evolução do número de alvarás de habite-se (total de requerimentos) entre outubro de 2008 a junho de 2015. Esse período foi composto de oito grandes picos: dezembro de 2011, onde o valor do número-índice corresponde a 1241,18; outubro de 2012, (índice= 507,35); abril de 2013 (índice= 892,65); julho de 2013 (índice= 942,65); setembro de 2013 (índice= 966,18); maio de 2014 (índice= 900); outubro de 2014 (índice= 598,53); novembro de 2014 (índice= 1 644,12); e maio de 2015 (índice= 827,94). Esses valores também podem ser considerados *outliers*, e, portanto, tornam a análise dos dados mais complexa. O desempenho do segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, registrou uma queda de 7,61%.

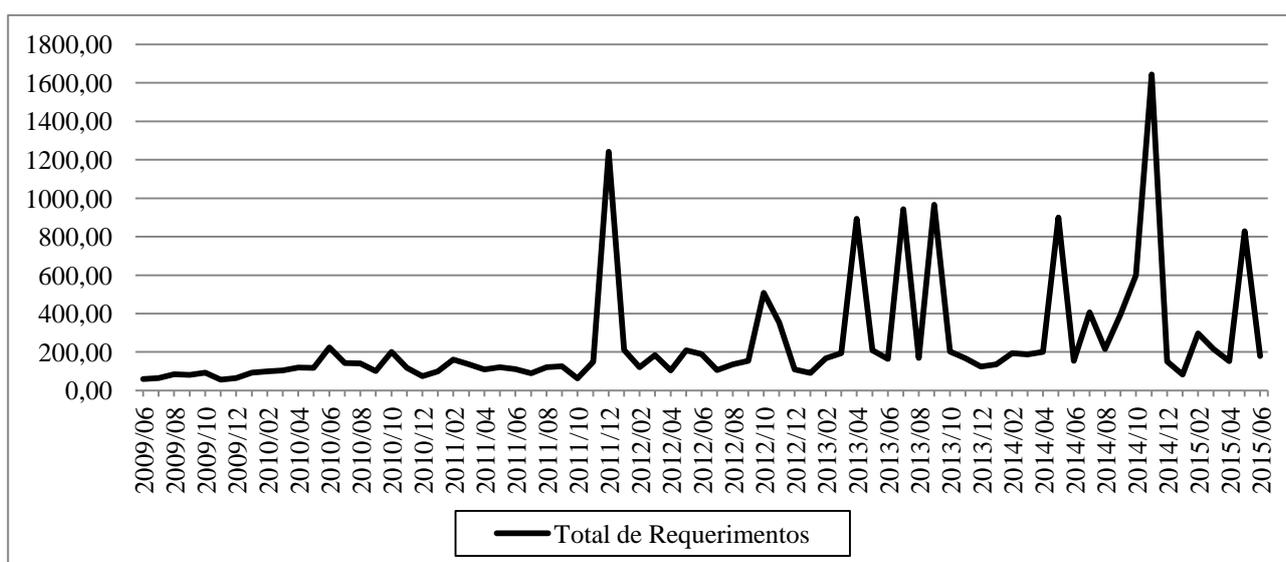


Figura 28: Alvará de Habite-se – Total de Requerimentos, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jun/2009-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.



A Figura 29 evidencia a evolução no número de alvarás de habite-se (área total de construção) entre junho de 2009 a junho de 2015. A figura mostra que o saldo final do período foi positivo na área total de construção. Entretanto, pode-se ver que os dados apresentam uma tendência cíclica ao longo do período. A cada dois ou três meses ocorre uma mudança brusca na série. Na comparação do segundo trimestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, houve um aumento de 4,03%.

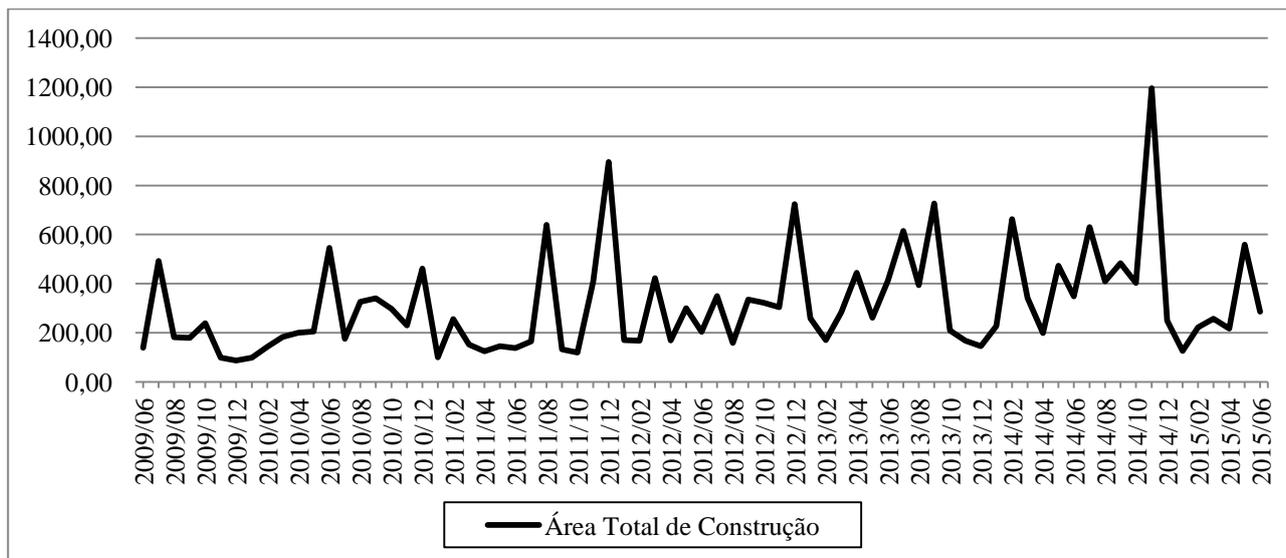


Figura 29: Alvará de Habite-se – Área Total de Construção, Referente ao Município de Rondonópolis no Período (Jun/2009-/Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

3.3.6 Frota de Veículos

A Figura 30 abaixo apresenta a evolução da frota de veículos entre junho de 2009 a junho de 2015. Observa-se a tendência constante no número de frota de veículos no município de Rondonópolis. No segundo trimestre de 2015, em comparação com o segundo trimestre de 2014, houve um crescimento de 6,23% no número de frotas de veículos.

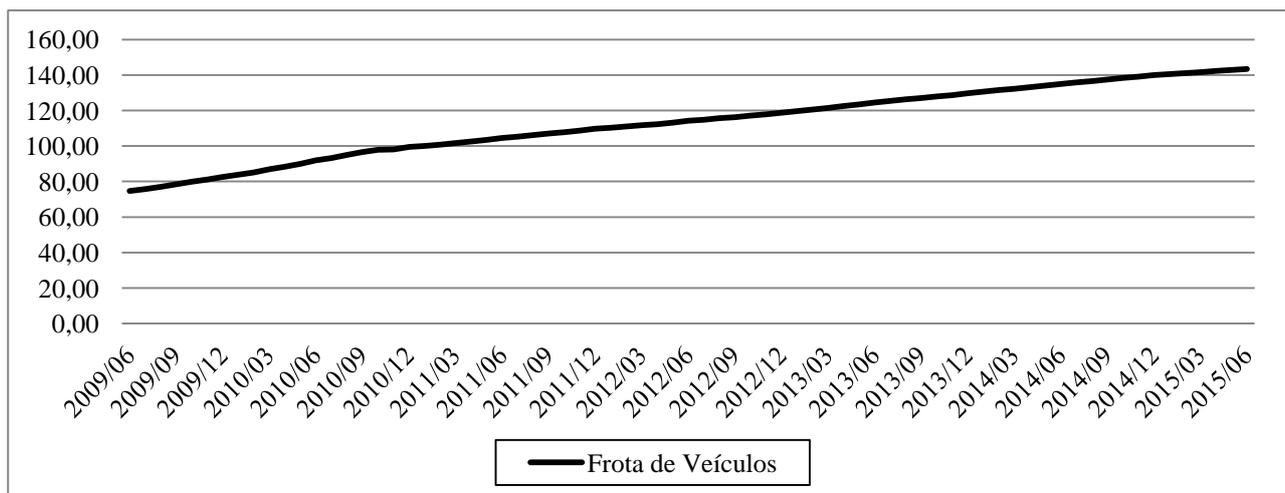
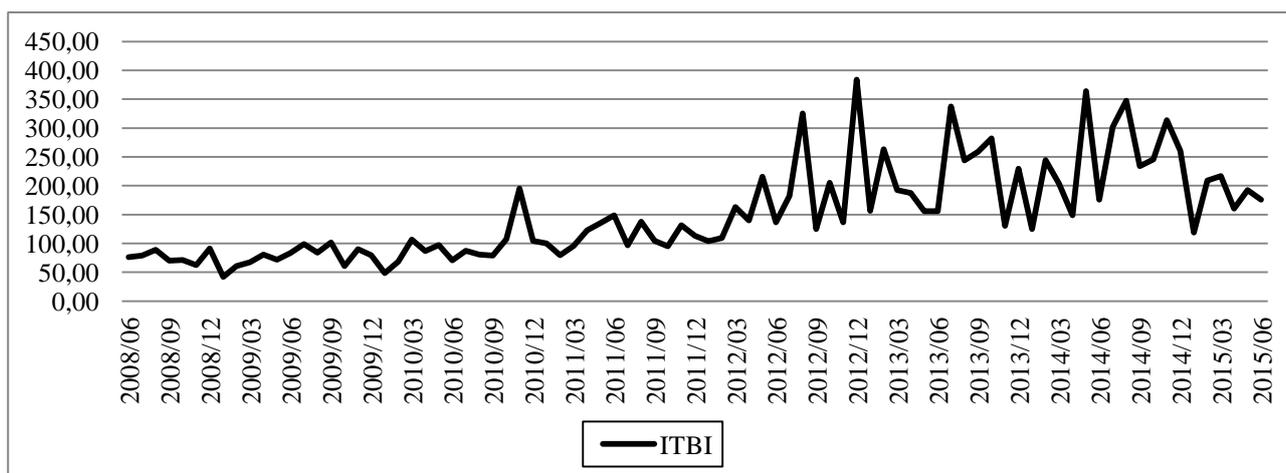


Figura 30: Evolução da Frota de Veículos ao Longo do Período (Jun/2009-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo RENAEST-MT.

3.3.7 Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis

A Figura 31 apresenta a evolução mensal da arrecadação do ITBI no município de Rondonópolis entre junho de 2008 a junho de 2015, ressaltando-se que os dados foram deflacionados. Em 2007, o valor médio do número-índice era de 74,15. Entre 2007 e 2008 houve um aumento de 2,39% no valor médio; entre 2008 e 2009 quase estabilidade com incremento de 0,21% no valor médio. Entre 2009 e 2010 houve o acréscimo de 17,6%, entretanto, a maior parte desse aumento se deve ao último trimestre de 2010. Entre 2010 e 2011, o aumento foi de 19,14% e entre 2011 e 2012 de 72,08%. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 e o valor médio do ano de 2013 houve crescimento na arrecadação de 16,27%. Na comparação do segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, registrou-se uma queda de 23,20% na arrecadação do ITBI.



Fonte 31: Dados sobre a arrecadação do ITBI (Jun/2008 a Jun/15) / Fonte: IPEADATA.

3.3.8 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

A Figura 32 evidencia a evolução mensal da arrecadação deflacionada do ISSQN no município de Rondonópolis, entre janeiro de 2007 a Março de 2015. A figura mostra que o saldo de arrecadação positivo durante o período avaliado. Vale notar que no período entre 2007 e o início de 2012 não houve grande variação na arrecadação. Entre 2007 e 2008 o valor médio do número-índice aumento 11,21%; entre 2009 e 2008 houve uma redução de 1,43%; entre 2010 e 2009 houve novo aumento de 4,9%; entre 2011 e 2010 houve um ligeiro aumento de 0,45%. O aumento mais significativo, 40,24%, ocorreu entre 2011 e 2012. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 frente ao ano de 2013 indica elevação de 10,90. No segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, houve um crescimento de 26,43%.

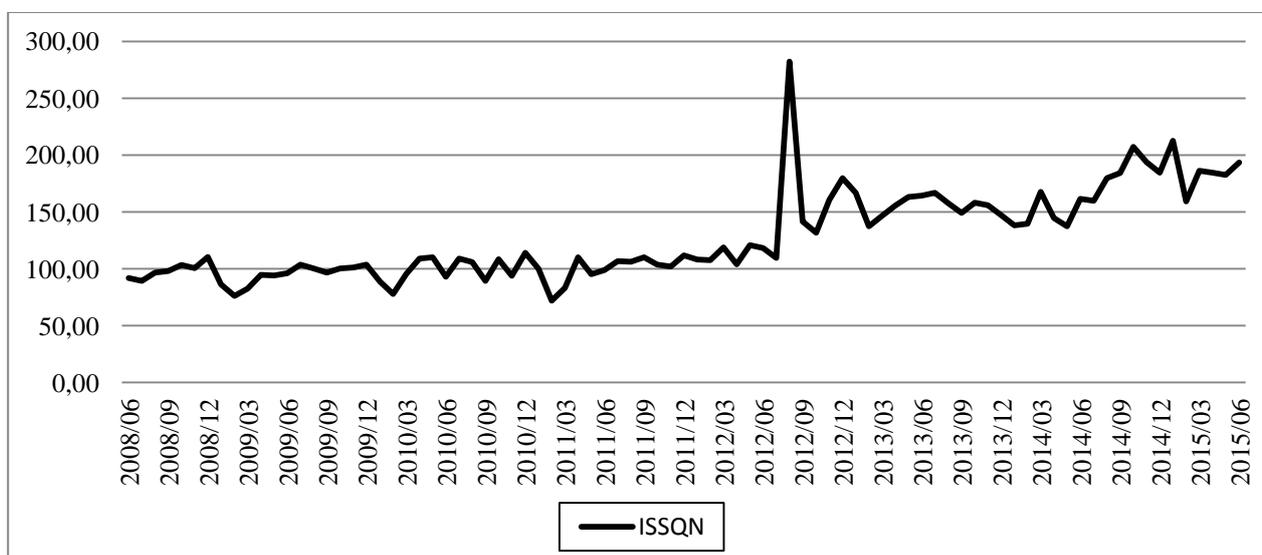




Figura 32: Evolução Mensal da Arrecadação do ISSQN no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jun/2008-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

3.3.9 Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

A Figura 33 abaixo apresenta a evolução mensal da arrecadação deflacionada do ICMS no município de Rondonópolis entre janeiro de 2007 a março de 2015. A partir de janeiro de 2009 estes dados apresentam-se bastante cíclicos. Entre 2007 e 2008 o valor médio do número-índice aumentou 22,75%; entre 2009 e 2008 houve um aumento de 21,83%; entre 2010 e 2009 houve um ligeiro aumento de 0,76%; entre 2011 e 2010 houve uma queda 8,74%. Entre 2011 e 2012 houve nova queda de 13,37%. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 e o valor médio anual de 2013 mostra incremento real de 8,40%. Na comparação do segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014, registrou-se um aumento de 20,45%.

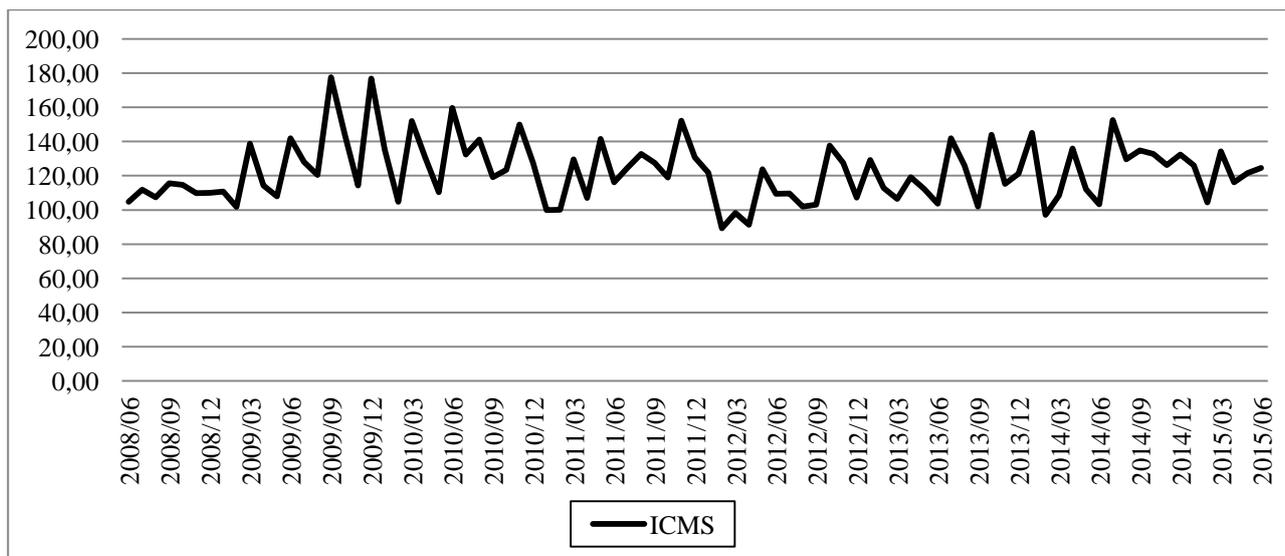


Figura 33: Evolução Mensal da Arrecadação do ICMS no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Jun/2008-Jun/2015) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

3.3.10 Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAEROO⁴

O Índice de Atividade Econômica proposto para a cidade de Rondonópolis (IAERoo) segue os moldes do IAEMga – Índice de Atividade Econômica de Maringá. Esse índice baseia-se em aspectos relacionados à demanda. A premissa do índice é que variações na renda dos agentes

⁴ Para maior detalhamento acerca da metodologia de cálculo do IAEROO, ver Apêndice A.



econômicos (famílias, firmas e órgãos públicos) provoquem variações na demanda por bens e serviços. A vantagem desse índice é que com ele é possível analisar a atividade econômica municipal com maior rapidez. Apesar de existirem outros índices ou indicadores que tentam medir a atividade econômica, sua grande maioria apresenta uma defasagem temporal grande entre coleta, manipulação e publicação das estatísticas, o que torna difícil aferir rapidamente os rumos da atividade econômica.

Para calcular o índice de atividade econômica selecionaram-se variáveis que são correlacionadas com o nível de atividade econômica. As variáveis selecionadas encontram-se nos itens de 3.3.1 a 3.3.9 acima. Após a prospecção das variáveis, o segundo passo foi deflacionar as séries monetárias ITBI, ISSQN e ICMS⁵. Com essas séries já corrigidas do efeito da inflação, o próximo passo foi transformar as séries em números-índices. Somente após essa manipulação dos dados é que o índice pode ser calculado.

Para o cálculo do índice, utiliza-se uma técnica matemática conhecida como Método dos Componentes Principais. Por meio da utilização desse método, torna-se possível criar um índice composto e ponderado pelos indicadores (variáveis) analisados acima. Assim, as flutuações que ocorrem no IAERoo são originadas das flutuações ocorridas nas variáveis que compõem o índice. A influência de cada variável sobre o IAERoo é determinada através de seu peso.

A figura abaixo apresenta a evolução mensal do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis entre outubro de 2008 a junho de 2015. A comparação entre o valor médio do terceiro trimestre de 2013 em relação ao terceiro trimestre de 2014 demonstra que houve um aumento no crescimento de 1,6% no valor do índice⁶. Ao comparar em nível semestral observamos que houve um crescimento de 10,91% do primeiro semestre de 2013 para o primeiro semestre de 2014. Na comparação do resultado do segundo trimestre de 2015 em relação ao resultado verificado no segundo trimestre de 2014, registrou-se um aumento de 8,94% no indicador.

⁵ Para deflacionar as séries foi utilizado o IGPM.

⁶ Deve-se ressaltar que esses são resultados preliminares.

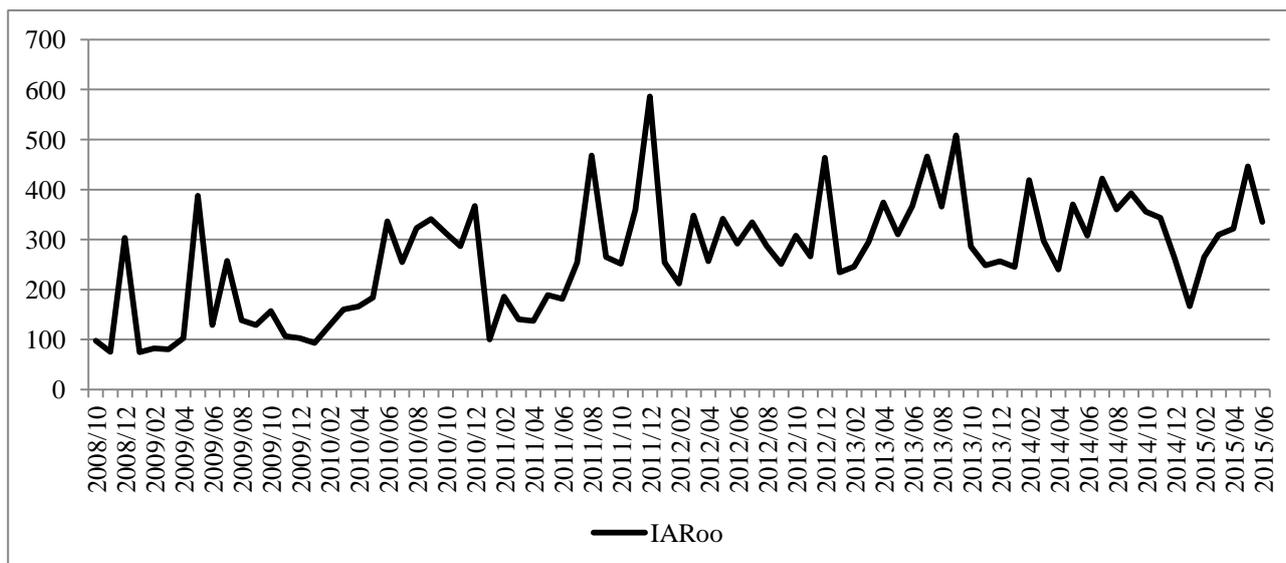


Figura 34: Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Out/2008-Jun/2015) ⁷.
Fonte: Calculado pelos Autores.

No início do ano de 2015, a economia municipal apresentou tendência de crescimento, apresentando posteriormente, uma queda na atividade no mês de junho, conforme mostra o gráfico do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO). Esse desempenho, pode ser explicado por intermédio do comportamento das seguintes variáveis ao longo do segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre de 2014:

- i. ITBI – taxa de crescimento igual a -23,20%.
- ii. ISSQN – taxa de crescimento igual a 26,43%.
- iii. ICMS – taxa de crescimento igual a 20,45%.
- iv. Aeroporto embarques – taxa de crescimento a 39%.
- v. Alvará de construção (área) – taxa de crescimento a 13,78%.
- vi. Alvará de habite-se (área) – taxa de crescimento a -7,61%.
- vii. Frota de veículos – taxa de crescimento a 6,23%.
- viii. Consumo de Água – taxa de crescimento igual a 1,03%.
- ix. Consultas Crediconsult – taxa de crescimento igual a -32,91%.
- x. Consumo de Energia Elétrica (Residencial) - taxa de crescimento igual a 5,42%.
- xi. Consumo de Energia Elétrica (Industrial) - taxa de crescimento igual a 1,31%.
- xii. Consumo de Energia Elétrica (Comercial) - taxa de crescimento igual a 1%.
- xiii. Consumo de Energia Elétrica (Rural) - taxa de crescimento igual a 4,12%.

⁷ A série de dados encontra-se no Apêndice B.



Deve ser ressaltado que o indicador apresenta forte componente sazonal, o que implica que análises de menor periodicidade devem incorporar esta característica das séries. Em função desta característica elaborou-se uma série com a média móvel de doze meses com o intuito de se retirar o efeito da sazonalidade do índice. A Figura 35 abaixo apresenta a evolução da média móvel para o período de janeiro de 2009 a setembro de 2014. Registrou-se que o índice da atividade econômica do município de Rondonópolis apresentou queda no segundo trimestre de 2015, em relação ao segundo trimestre do mesmo ano de -2,08%.

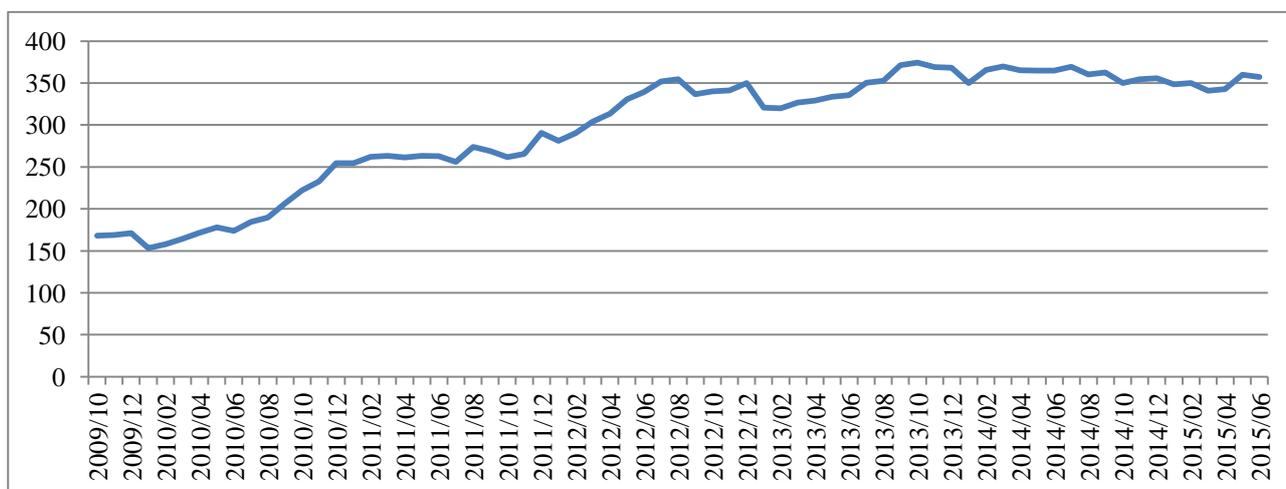


Figura 35: Média Móvel (12 meses) do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Out/2009 - Jun/2015).

Fonte: Calculado pelos Autores



REFERÊNCIAS

ACIR – Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis. Disponível em: <<http://www.acirmt.com.br/>>.

AZZONI, C. R.; LATIF, Z. A. **Indicador de movimentação econômica – Imec/Fipe: aspectos metodológicos e relevância como indicador antecedente da atividade econômica**. SEMINARIO SOBRE INDICADORES LÍDERES Y ENCUESTAS DE EXPECTATIVAS. IPEA/CEPAL/OECD. Rio de Janeiro, 4-5 de diciembre de 2000.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: Várias datas.

CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. Disponível em: <<http://www.cemat.com.br/>>.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em> Várias datas.

FAVA, V. L.; ALVES, D. C. O. **Indicador de movimentação econômica, Plano Real e análise de intervenção**. Revista Brasileira de Economia, v.51, n.1, jan./mar. 1997, p.133-43.

FMI – Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: Várias datas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Contas Regionais). Disponível em: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: Várias datas.

IMEA – Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/>>. Acesso em: Várias datas.

KHAIR, Amir. **Dívida Líquida do Setor Público – Evolução e Perspectivas**. Instituto de Economia, 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhairdividasetorpublico.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>. Acesso em: Várias datas.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

RFB – Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

Prefeitura Municipal de Rondonópolis – Disponível em: <<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/>>.



RIBEIRO V. S. Elaboração de um Índice de Atividade Econômica: Município de Maringá. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia na área de Teoria Econômica (2003).

RIBEIRO, V. S.; DIAS, J. Índice de Atividade Econômica: Construção e Testes de Previsão dos Modelos de Filtro de Kalman e Box-Jenkins. Revista Economia, set/dez 2006.

SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis. Disponível em: <<http://www.sanearmt.com.br/site2013/>>.

SHARMA, Subhash. Applied multivariate techniques. John Wiley & Sons, 1996, p.58-89.

TESOURO NACIONAL. Glossário. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2013.



APÊNDICE

APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE RONDONÓPOLIS – IAEROO

O Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis baseia-se nos aspectos da demanda. Conforme Ribeiro e Dias (2006), esse tipo de índice de atividade econômica “pressupõe que os agentes econômicos respondem a variações na sua renda com variações na demanda por bens e serviços” (RIBEIRO e DIAS, 2006, p. 455). Além disso, a utilização desse indicador se justifica, pois o mesmo sinaliza “com maior rapidez o comportamento do nível de atividade econômica, por meio de um conjunto de variáveis com alta frequência de observação e fortemente correlacionadas com o nível de atividade da economia.” (FAVA & ALVES, 1997, p.133). Essas variáveis foram selecionadas levando em consideração o critério de que deverão estar correlacionadas com a atividade de demanda agregada local⁸.

Após a coleta dos dados, as séries de valores brutos foram transformadas em números índices simples com base 100 em janeiro de 2011. Esse procedimento deve ser realizado para que as informações se mantenham em sigilo. As séries em valores monetários foram deflacionadas através do índice de preços ao consumidor amplo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPCA-FIPE).

Após a transformação da série, podemos partir para a construção do índice propriamente dito. Como na construção do índice várias variáveis (séries de tempo) são levadas em consideração, o próximo passo é determinar os pesos para cada uma dessas variáveis na construção do índice.

A técnica utilizada para o cálculo do índice será a *Análise de Componentes Principais*. Segundo Sharma (1996, p.58) a análise de componentes principais é uma técnica que relaciona linearmente as variáveis analisadas com o intuito de formar novas variáveis. Baseado nessa técnica, o número máximo de novas variáveis que podem ser criadas é igual ao número de variáveis originais. Além disso, as novas variáveis não são correlacionadas entre si.

De acordo com Ribeiro (2003) a análise de componentes principais determina os pesos das variáveis através das variâncias. A ideia por trás dessa técnica é que as variáveis com maiores variâncias tenham maiores pesos e as variáveis com menores variâncias tenham menores pesos. Isso

⁸ O Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAERoo – é semelhante ao Índice de Atividade Econômica de Maringá – IAEMga, criado por Ribeiro e Dias (2006). Portanto, a metodologia utilizada nesse trabalho segue a metodologia de Ribeiro e Dias (2006).



porque, se uma variável varia pouco, ela não terá muita influência nas flutuações do índice, já que isoladamente ela não é capaz de captar muitas flutuações econômicas.

Sharma (1996, p. 66-7) formaliza a técnica de análise de componentes principais assumindo que existam p variáveis. Assim, é possível formar p combinações lineares, como mostrado abaixo:

$$\begin{aligned}\xi_1 &= w_{11}x_1 + w_{12}x_2 + \dots + w_{1p}x_p \\ \xi_2 &= w_{21}x_1 + w_{22}x_2 + \dots + w_{2p}x_p \\ &\vdots \\ \xi_p &= w_{p1}x_1 + w_{p2}x_2 + \dots + w_{pp}x_p\end{aligned}\quad (1)$$

em que, $\xi_1, \xi_2, \dots, \xi_p$ são os p componentes principais e w_{ij} são os pesos da j -ésima variável para a i -ésima componente principal. Além disso, a estimação dos pesos w_{ij} seguem os três critérios apresentados abaixo:

i) ξ_1 , ou seja, o primeiro componente principal, estima a variância máxima nos dados enquanto ξ_2 , ou seja, o segundo componente principal, estima a variância máxima que não foi computada pelo primeiro componente, e assim por diante.

$$\text{ii) } w_{i1}^2 + w_{i2}^2 + \dots + w_{ip}^2 = 1 \quad i = 1, \dots, p \quad (2)$$

$$\text{iii) } w_{i1}w_{j1} + w_{i2}w_{j2} + \dots + w_{ip}w_{jp} = 0 \quad \text{para todo } i \neq j \quad (3)$$

A equação (2) requer que a soma dos pesos ao quadrado seja igual a 1. Essa condição é utilizada para fixar a escala das novas variáveis. A equação (3) assegura a ortogonalidade das novas variáveis.

De acordo com Azzoni e Latif (2000, p. 9) é com base nos coeficientes w_{ij} e na porcentagem da variância total explicada pela componente principal que se definem os pesos de cada variável na construção do indicador. Se considerássemos, por exemplo, as duas primeiras componentes principais, teríamos:

$$IV_i = \frac{C_{i1}^2 \cdot P_1}{P_1 + P_2} + \frac{C_{i2}^2 \cdot P_2}{P_1 + P_2} \quad (5)$$

Neste caso, IV_i representa o peso da variável i no IAERoo; C_{ij} representa o coeficiente da variável i na componente j ; P_j representa a parcela da variância explicada pela componente j .

Assim, o cálculo do IAERoo é realizado como mostrado abaixo:

$$IAERoo = \sum IV_i * V_i \quad (6)$$



em que V_i é o número índice da variável i .

APÊNDICE B – ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE RONDONÓPOLIS (JAN./2008-DEZ/2013)

Tabela 23: IAEROO (Jan/2010- Jun/2015).

Período	IAEROO										
2010/01	92,96	2011/01	100,00	2012/01	254,01	2013/01	234,18	2014/01	244,89	2015/01	166,54
2010/02	126,86	2011/02	185,79	2012/02	212,16	2013/02	245,78	2014/02	418,80	2015/02	265,16
2010/03	160,00	2011/03	140,25	2012/03	347,73	2013/03	294,77	2014/03	297,54	2015/03	309,51
2010/04	166,31	2011/04	137,00	2012/04	256,97	2013/04	374,15	2014/04	239,89	2015/04	321,49
2010/05	183,65	2011/05	188,77	2012/05	341,35	2013/05	310,16	2014/05	370,03	2015/05	446,15
2010/06	336,77	2011/06	181,58	2012/06	291,90	2013/06	367,15	2014/06	307,72	2015/06	335,24
2010/07	254,57	2011/07	254,03	2012/07	334,83	2013/07	466,42	2014/07	421,8	2015/07	
2010/08	323,04	2011/08	468,12	2012/08	287,47	2013/08	365,75	2014/08	359,85	2015/08	
2010/09	340,85	2011/09	264,94	2012/09	250,77	2013/09	508,19	2014/09	392,37	2015/09	
2010/10	313,12	2011/10	251,85	2012/10	307,97	2013/10	286,38	2014/10	355,85	2015/10	
2010/11	286,65	2011/11	359,44	2012/11	266,34	2013/11	248,16	2014/11	343,34	2015/11	
2010/12	367,42	2011/12	586,39	2012/12	463,24	2013/12	256,45	2014/12	261,13	2015/12	